

Livia Kelly Araujo Nascimento
Welson Barbosa Santos

POVOS ORIGINÁRIOS, ÁFRICA, ESCRAVIDÃO E CIDADANIA

As universidades públicas
estão alheias a isso?



Bagal

POVOS ORIGINÁRIOS, ÁFRICA, ESCRAVIDÃO E CIDADANIA

As universidades públicas estão alheias a isso?





AValiação, Parecer e Revisão por Pares

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline G. S. Benevides CRB-1/3889

1.ed. Povos originários, África, escravidão e cidadania: as universidades públicas estão alheias a isso? [livro eletrônico] / Lívia Kelly Araujo Nascimento. Welson Barbosa Santos. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2025, 95 p.
E-Book.
Bibliografia.
Acesso em www.editorabagai.com.br
ISBN: 978-65-5368-646-5
1. Educação. 2. Universidade Pública. 3. Racismo.
4. Negro. 5. Mestiços.
I. Nascimento, Lívia Kelly Araujo.
II. Santos, Welson Barbosa.

07-2025/61

CDD 370.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação: Universidade Pública; Racismo; Negro; Mestiços. 370

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-646-5.13.09.25>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reproduções, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Livia Kelly Araujo Nascimento
Welson Barbosa Santos

ANDES, POVOS ORIGINÁRIOS, ÁFRICA, ESCRAVIDÃO E CIDADANIA

As universidades públicas estão alheias a isso?



1.a Edição – Copyright© 2025 dos autores.
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Marcella Gonçalves Carvalho Nunes
<i>Capa</i>	Enzo Oliveira Gonçalves
<i>Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo – CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC – UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo – UPM – MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD – PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUC-PR Dra. Dalia Peña Islas – Universidad Pedagógica Nacional – MÉXICO Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos – UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESCV Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima – UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez – Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales – IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerin Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga – ISCED-HUILA – ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre – PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva – UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT – Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya – CUIJ-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger – IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis – UFLA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho – Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE – POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra – UFPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González – UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira – IPLEIRIA – PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPeI Dr. Nicola Andrian – Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patricia de Oliveira – IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfirio Pinto – CIDH – PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann – Technische Universität Braunschweig – ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caica Ferreira – UNITEL – ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz – SME/SEED Dr. Samuel Pereira Campos – UEPA Dr. Stelio João Rodrigues – UNIVERSIDAD DE LA HABANA – CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino – FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore – UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Ratil Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Walmir Fernandes Pereira – FLSHEP – FRANÇA Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissel López Bestard-SEUDUCRS

BRASIL DE MAIORIA NEGRA, MISTIÇA DE POVOS ORIGINÁRIOS: POR QUE A UNIVERSIDADE PERSISTE EM SER BRANCA?

PREFÁCIO

Esse é um prefácio feito por uma mulher preta, Matemática, Doutora, acadêmica, gestora de uma universidade Pública Brasileira a décadas, que veio das classes populares de um Brasil, que sonhou em ser bem mais que uma doméstica, que colocou na prioridade da sua vida jamais se render a ordem, a normatização e a dominância branca que rege a sociedade. Sim, jamais esqueci de onde vim ou o que quis para mim. E, quando tentei esquecer, diferentes mecanismos me lembravam que eu era preta. Mesmo hoje, as inúmeras relações que vivo no espaço acadêmico não me permitem esquecer que sou preta.

Confirmo, junto aos escritos dessa obra, que a educação superior ainda não é totalmente democrática e acessível a todos. Há grupos que permanecem excluídos e encontram maior dificuldade em acessar os espaços das universidades e isso é inegável. As mulheres negras, por exemplo, são um dos estratos sociais que tem tido o direito ao ensino superior negado e se acessado, é feito de modo restrito.

Como pode ser pressuposto em um dos depoimentos desse livro, realmente, ser uma mulher negra neste país é um desafio cotidiano de sobrevivência a uma infinidade de violências. Ser negra e estar na academia, na universidade como estudante e, posteriormente, como docente, pesquisadora, movimento e desafio que não se esgota. Algo ilógico e que não se explica por nenhuma forma plausível a não ser a de um racismo estrutural e perverso.

Essa obra que aqui faço o prefácio nos mostra e confirma que se hoje cursar universidade é considerado algo quase inalcançável por estudantes negros ou descendentes de povos originários oriundos de famílias humildes, afirmo que ter este desejo há três décadas era quase inconcebível, como foi comigo. Sempre gostei de estudar e via nisto o passaporte para

alçar voos mais altos que os daquelas que me antecederam. A chance para construir uma jornada diferente daquela para a qual, a priori, havia sido predestinada baixa. Rompia-se o ciclo do trabalho doméstico e dos espaços de subalternidade reservados por anos a pessoas como eu, mas uma projeção acadêmica era sonhar demais. Começavam aí os estranhamentos... À época, uma menina negra querendo estudar, querendo fazer universidade era motivo para desconfianças e desconforto, inclusive entre alguns familiares.

Mesmo tendo certa consciência racial e reconhecendo as razões para a ausência de outras iguais a mim na universidade, desde a graduação até o doutorado, não há como ficar imune ao racismo e suas violências dentro ou fora dos espaços educacionais. Para não sucumbir e seguir em frente, construímos inúmeras estratégias de sobrevivência, inclusive a de não demonstrar fragilidades.

Essa caminhada, por muitas vezes, é solitária, não encontra cor nem eco. As microagressões diárias acabam refletindo no modo como percebemos a nós mesmas, como reconhecemos a legitimidade dos espaços que ocupamos ou das nossas conquistas. As cicatrizes do racismo alimentam a autossabotagem, a síndrome de impostora e o medo. Para ser uma mulher negra e estar na academia é preciso mais do que ter conhecimento, é preciso ter coragem. Coragem para enfrentar todos os dias, os olhares de desconfiança, os comentários sutis (ou nem tanto) forjados na tentativa de silenciamento e deslegitimação.

A ascensão social ou intelectual não elimina o preconceito. Não importa o lugar que você ocupe, de protagonismo ou de poder, mesmo havendo uma tentativa de embranquecimento para que você seja temporariamente aceita, isso nunca muda a sua condição de pessoa negra. A cor da pele sempre fala primeiro, e isso não é diferente na universidade.

Sim, a intelectualidade no Brasil tem cor e sou alguém que rompeu, e rompe diariamente, com esse lugar, esse limitador processo. Que essa leitura te leve a lugares e, principalmente, te diga que a universidade é espaço seu por direito, como a obra traz em suas primeiras linhas. Não porque você é preta ou preto, mas porque é direito de todo cidadão brasileiro.

Ainda assim, sigo com minhas dores e minhas alegrias, travando pequenas guerras diárias contra a invisibilização da minha trajetória e de minhas contribuições, pelo respeito e pela valorização da minha intelectualidade!

Janice pereira Lopes

Professora Associada do Instituto de
Matemática e Estatística – IME/UFG
Coordenadora de Gestão Moodle -
Aprendizagem em Rede (CIAR/UFG)
Coordenadora de Educação a Distância da Pró-Reitoria de
Graduação (PROGRAD/UFG)
Membro da Comissão de Relações Étnico-raciais da
Sociedade Brasileira de Matemática (CRER-SBM)

APRESENTAÇÃO

Em Minas Gerais, segundo o último Censo do IBGE (Brasil, 2022), **58,6% da população se autodeclara negra (pretos e pardos)**, enquanto **41,1% se identifica como branca**, **0,18% como indígena** e **0,15% como amarela**. Esses números evidenciam uma contradição histórica: embora financiadas por toda a sociedade, as universidades públicas continuam sendo espaços majoritariamente ocupados por uma elite branca, distante da maioria que garante sua existência. Ao longo de décadas, a universidade brasileira consolidou-se como um símbolo de prestígio e exclusão, reproduzindo desigualdades estruturais em vez de enfrentá-las.

Hoje, ainda que avanços importantes tenham sido conquistados por meio de políticas afirmativas, o processo de transformação segue lento e doloroso. Reconhecer a centralidade da população negra na história e no futuro do país significa rever estruturas institucionais, currículos, práticas pedagógicas e políticas de acesso. Significa compreender que democratizar a universidade é uma urgência histórica, não um favor ou concessão.

A universidade pública brasileira é, por definição, uma conquista coletiva: espaço de produção de conhecimento, de mobilidade social e de construção democrática. Mas, ao mesmo tempo, ela carrega marcas profundas de exclusão histórica. Foi dessa tensão que nasceu este livro, fruto de uma pesquisa comprometida com a realidade social e com a urgência de repensar a missão das instituições de ensino superior no Brasil. A inquietação inicial surgiu a partir de um projeto de extensão que visitou escolas do entorno da Universidade Federal de Uberlândia. O resultado foi alarmante: estudantes a poucos quilômetros do campus não se viam como futuros universitários, pois acreditavam que a instituição “era para ricos” ou que cobrava mensalidades inacessíveis.

Os pesquisadores Livia Kelly Araújo Nascimento e Welson Barbosa Santos, com sensibilidade, estética e rigor acadêmico, constroem uma obra que não apenas denuncia essas desigualdades, mas as contextualiza em uma narrativa histórica. O livro conecta a exclusão educacional contemporânea a processos estruturais: a escravização africana, o genocídio e a marginalização de povos originários, a urbanização excludente e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil.

Trata-se de uma leitura que combina dados, depoimentos e análises teóricas, dialogando com autores como Foucault e Fischer, para expor como a universidade, muitas vezes, reforça barreiras sociais ao invés de superá-las. Ao mesmo tempo, o texto não se limita à crítica: ele propõe um exercício de reflexão coletiva sobre os caminhos para transformar essas instituições em espaços efetivamente públicos: abertos, plurais, justos e sintonizados com a realidade brasileira, uma nação majoritariamente preta, parda e indígena.

“Brasil de maioria negra, mestiça de povos originários: por que a universidade persiste em ser branca?” é um convite à ação. Seu impacto está em nos obrigar a olhar para a universidade como território de disputa política e cultural, chamando educadores, gestores e estudantes a assumirem sua responsabilidade na construção de uma educação emancipadora.

Este livro é, portanto, mais do que uma obra acadêmica ou um relatório de pesquisa. Ele é um convite e um desafio. Um convite para que se olhe, de forma honesta e corajosa, para as estruturas de exclusão que se mantêm dentro das próprias instituições que proclamam a inclusão. Um desafio para que a universidade pública seja, de fato, pública e comprometida com o direito de todos e com a reparação histórica que a nação brasileira, majoritariamente negra, exige e merece.

Que esta leitura inspire a construção de uma universidade verdadeiramente pública: plural em vozes, justa em oportunidades, aberta ao território que a sustenta. Que nos ajude a compreender que a legitimação de uma nação negra, diversa e potente só será possível quando todas as crianças que hoje olham os muros da universidade possam atravessá-los com orgulho e pertencimento.

Professor Marcos Alexandre de Melo Barros
Centro de Educação - UFPE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Brasil de maioria negra, mestiça de povos originários: por que a universidade persiste em ser branca?	11
Histórias do pacífico, dos Andes, de navio negreiro, de escravidão, do Brasil.....	19
CAPÍTULO II	
METODOLOGIA.....	31
Teoria Queer: para um viés de entendimentos da dualidade negro, mestiço e a legitimação branca	35
CAPÍTULO III	
O NEGRO TRAZIDO DA ÁFRICA: ESTARIA AÍ O LEGADO E A FORÇA DE IDENTIDADE DE UMA NAÇÃO?.....	43
Ciência e religião: a legitimação da escravidão eurocêntrica.....	45
“Verdades” históricas e a universidade pública brasileira.....	54
CAPÍTULO IV	
RACISMO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE NOSSO TEMPO?	59
Bourdieu: qual é o capital validado na universidade pública?	63
CAPÍTULO V	
ENTRE O BEM E O MAL: A UNIVERSIDADE OMISSA E A SOCIEDADE SUBALTERNIZADA, AMBOS TÊM SUAS VERDADES?	71
Hannah Arendt: história e auxílio ao debate sociológico.....	74
Para além Alemanha nazista vivido por Arendt: sociedade, universidade convivente.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
SOBRE OS AUTORES.....	93
ÍNDICE REMISSIVO	94

INTRODUÇÃO

BRASIL DE MAIORIA NEGRA, MESTIÇA DE POVOS ORIGINÁRIOS: POR QUE A UNIVERSIDADE PERSISTE EM SER BRANCA?

Gostaria de começar essa escrita a partir da trajetória e dos caminhos que me levaram à graduação em Serviço Social. Ressalto o processo de autoconhecimento como mulher negra e os fatores que despertaram em mim a vontade de lutar e resistir como pertencente a diversas minorias sociais, algo central nessa construção e que me motiva escrever essa obra em parceria com um pesquisador que venho por anos convivendo. Aqui narrarei os processos que se constituíram e direcionaram, como resultado de várias escolhas feitas ao longo de minha vida, como ocorre com todos nós, incluindo a opção pelo curso de ensino superior na área na qual me inseri.

Nasci na cidade de Santos, litoral do estado de São Paulo, no início dos anos 2000. Filha de pai mineiro e mãe paulista, passei parte da minha vida entre Santos e Juiz de Fora, cidade localizada no sul de Minas Gerais. Sou a filha do meio entre dois irmãos, e por conta da pouca diferença de idade entre nós, sempre tive com quem passar meu tempo quando pequena. Tenho diversas memórias, ir para a granja da minha família, brincar na rua, tratar das galinhas e ir ao campinho todos os dias com meus irmãos e primos. Minha infância foi um tempo bom. A inocência de ser criança nos faz idealizar muitas coisas e não conhecer a dimensão das injustiças, desigualdades sociais e raciais, que contribuiu para que eu crescesse com uma idealização de mundo perfeito.

Meus pais são trabalhadores que não tiveram muitas oportunidades durante suas vidas, como acessar um curso superior ou poder se dedicar apenas aos estudos, por serem de famílias de classes populares e sabemos bem o significado disso em nosso país. Mas conseguiram uma estabilidade financeira por meio de suas profissões. Minha mãe, através de concurso público, se tornou operadora de metrô na cidade de São Paulo, fazendo com que tivesse que viajar para a capital todos os dias a trabalho. Já meu pai fez cursos profissionalizantes e seguiu na carreira de eletricista contratado

por uma empresa na qual seu cargo, instalador de sistemas de salas cofre, exigiu fazer viagens, resultando no afastamento parcial de casa.

Seus empregos fizeram com que conseguissem criar seus três filhos, proporcionando o melhor que pudessem nos dar, nunca deixaram que faltasse nada. Porém, tudo isso, às custas do esforço e trabalho duro. Como não poderíamos ficar sozinhos sem supervisão de um adulto, minha tia “Bel”, irmã do meu pai, morava conosco e foi quem cuidou de nós enquanto eles trabalhavam. A rotina fazia com que não frequentassem as reuniões escolares, não buscassem ou levassem na escola, não acompanhassem em atividades como aulas de flauta, inglês e natação. Por conta disso, quem assumia esse papel era a tia Bel.

No meu ambiente familiar, sempre existiu a preocupação em relação aos estudos, por isso, aos nove anos, eu e meus irmãos fomos comunicados pelos nossos pais de que iríamos sair da nossa escola, uma instituição pública, e seríamos matriculados em um colégio particular. Lembro-me perfeitamente de chorar e falar que não iria de forma alguma para uma escola privada e quando me perguntaram o motivo, respondi: “Não vou me dar bem com as patricinhas, ricas de escola particular”. Esse momento, por mais banal que possa parecer, foi o acontecimento que hoje em dia me faz perceber que, mesmo tão nova, eu já entendia que nem todos os espaços me cabiam. Acredito que, por saberem que no fundo eu estava certa, a discrepância entre as pessoas que eu tinha ao meu redor e as que eu passaria a conviver, apresentaria sim uma diferença significativa. Talvez isso tenha feito com que desistissem da ideia e pude continuar na escola pública na qual concluí os ensinos fundamental I e II.

Durante o ensino fundamental, fiz muitas boas amizades que cultivo até os dias atuais. E, por mais que sejam pessoas de quem eu sempre gostei de ter ao meu redor, percebi cedo que parte do que eu passei durante a adolescência, período no qual se iniciaram os questionamentos em relação às questões raciais e sociais, eles nunca entenderiam, pois não estavam na pele de uma adolescente preta. Eles eram e viviam legitimados pelo universo branco. E foi a partir do início da minha adolescência que comecei a me perceber como diferente dentro do meu próprio ciclo de amizades, entender os fatores que faziam com que eu fosse fora do padrão.

Mesmo assim, aos 14 anos, quando estava no 9º ano, tinha pouquíssimo conhecimento em relação ao racismo e não identificava diversas coisas presentes no meu cotidiano como formas de preconceito. E por sempre estar com pessoas brancas que não me julgavam pela minha cor ou me tratavam de forma distinta, eu não tinha ideia da dimensão do que é ser negra. Não sabia como lidar com o fato e a sociedade contribuía para esta dificuldade. Mas, os diversos “apelidos”, “piadas” e “comentários” que se tratavam do puro racismo velado existiam. Infelizmente, esses costumes e pensamentos percorrem nossas vidas.

Minha opinião sobre mim? Me denominava “morena”, sempre dizia que gostaria de ter cabelos lisos e passei por diversos processos para tentar alisá-los e me encaixar ao padrão imposto e aclamado de branquidade. Mas, claramente, ao ser negra, eu automaticamente fugia de todos os padrões que a sociedade viesse a impor como o belo e, mesmo tentando me encaixar, nunca conseguiria. Por diversas vezes já escutava frases do tipo “você é uma preta bonita” ou até mesmo “você não tem nariz nem boca de preto”. Atrocidades que eram ditas a mim como forma de elogio, como quem dizia que, por mais que eu não fosse branca, ainda apresentava alguma qualidade. Conforme fui crescendo e tomando mais conhecimento em relação a esse tipo de fala racista, passei a me impor sobre isso.

Inicialmente, os acontecimentos que me fizeram refletir a respeito da dimensão de ser preta foram por conta da minha rejeição enquanto adolescente negra e a sexualização vulgarizada da mulher preta. Durante a adolescência, enquanto minhas amigas namoravam ou tinham algum tipo de experiência romântica, era comum compartilhassem essas vivências. Eu, por outro lado, me sentia deslocada, pois nunca havia tido qualquer contato amoroso com ninguém. No fundo, eu sabia o motivo e entendia que dificilmente receberia a mesma atenção dos meninos, assim como elas.

Este fator está ligado a outro ponto que marcou a adolescência, que se constituía não na valorização por quem eu era, personalidade ou inteligência, mas sim uma exaltação exclusivamente do meu corpo. Desde cedo, eu já possuía um corpo que fugia dos padrões das meninas da minha idade. Diferente das outras garotas, que eram elogiadas por suas belezas, simpatia ou inteligência, eu percebia que os poucos comentários

que recebia giravam em torno do meu corpo, ou melhor, da sexualização que o mesmo despertava.

Foi nesse contexto que comecei a enxergar a solidão da mulher negra, gerada devido à constante hipersexualização a que somos submetidas. São situações em que, frequentemente, nos enxergam como objetos de desejo ou fetiche, nunca para constituição de um relacionamento ou família. Um olhar que se mostra distinto ao falarmos de mulheres brancas. Essa percepção dolorosa me fez entender alguns aspectos do racismo estrutural, influenciando a forma como eu passei a enxergar minhas relações afetivas e a maneira como as pessoas me enxergavam, mesmo que isso não fosse a visão de todos e todas.

Disso, uma lembrança é um marco de toda essa construção. Ainda durante adolescência, em um dia de aula no ensino fundamental, uma professora me pediu opinião em relação às cotas raciais. Naquele contexto, respondi: “Sou completamente contra, não sou menos capaz que qualquer um por ser preta”. Lembro do espanto da professora, pois não achava que eu, por ser uma aluna preta, teria a opinião que apresentei para a classe. Eu entendia as cotas raciais como uma confirmação feita pela sociedade de que os brancos eram superiores aos negros, por isso existia a necessidade de criar as ações afirmativas, pois negros, por não serem capazes, apenas conseguiriam acessar o ensino superior por meio da reserva de vagas. Mantive este olhar em relação às cotas raciais durante muito tempo.

Mas, ainda bem que o tempo nos permite deslocamentos. Atualmente, consigo entender os fatores sociais que me fizeram construir este pensamento. Nós, pretos e classes populares, o mesmo ocorrendo com os mestiços, somos rodeados pela falácia de que, se lutarmos e nos esforçarmos, conseguiremos alcançar nossos objetivos. Há também um número significativo de pessoas que defendem que pretos e brancos são tratados como iguais em nossa sociedade. Mas foi no ensino médio que consegui entender a maneira como a sociedade funciona e que poderia ser a melhor, mas por ser preta já não seria tratada como pessoa branca mediana.

Neste mesmo período, entrei numa escola de idiomas, na qual fiz curso de inglês durante anos. Todas as terças e quintas-feiras, que eram os dias de aula, preocupava-me em estar sempre bem-vestida, diferente do restante dos alunos que usavam shorts e chinelo. Chegava na sala de

aula e não abria minha boca, a não ser quando tinha que falar com os professores. Não tinha amizade ou nenhum tipo de contato. Era como se eu nem estivesse ali. Eu era a única preta de todas as salas que frequentei. Talvez por isso, me sentia deslocada toda vez que estava lá. Era frequente ver a maneira como as pessoas iam para a aula com roupas que claramente eu não poderia usar, para não ser considerada “desleixada”.

E, em mais um âmbito da minha vida, me esforçava tentando me provar e ser aprovada pelas pessoas, para os professores. Por algumas vezes escutava os professores me elogiarem e falarem o quanto eu absorvia rápido o conteúdo e estava avançada em relação aos outros alunos da minha idade. De alguma forma, isso me deixava muito alegre, pois, mesmo estando ao redor de pessoas que iam para as aulas de inglês com o uniforme das melhores escolas privadas da cidade, ainda me destacava dentre elas.

Me vi nesta mesma situação aos 15 anos, quando entrei em uma escola, na qual cursei o ensino médio e técnico em logística simultaneamente. No processo para ingressar na escola, deve ser feito um vestibular, sendo assim, um número significativo de pessoas que adentram a instituição são ex-alunos das escolas privadas durante o ensino fundamental, trazendo uma fundamentação de conhecimento bem mais aprofundado. Ali, por ter acessado um ensino público, me sentia inferior, mas nunca deixei que isso transparecesse aos outros. Sempre fui muito dedicada e logo me via sendo chamada de destaque na sala de aula, em uma turma repleta de pessoas brancas e que teoricamente possuíam um processo de escolarização superior em comparação ao meu. Mas, minha educação, a forma como meus pais me deu elementos e ferramentas, me subsidiaram no pensamento de que, se me esforçasse o suficiente, conseguiria alcançar qualquer objetivo.

Buscando nas memórias um melhor entendimento de quem sou, no 2º ano do Ensino Médio, tive um marco em relação à minha própria imagem como mulher e preta. Isso se deu através da minha professora de história, negra, que em suas aulas contava sobre o período da escravidão e todo o processo abolicionista no Brasil, questões que aqui foram renovadas e ampliadas. Ela não apresentava um olhar colonial e eurocêntrico, como eu estava acostumada, a história era contada de forma a questionar a

sociedade em relação à comunidade negra desde aquele período até os dias atuais, e foi a partir deste momento que eu entendi como era o racismo.

Percebi que ele se dava em pequenas falas e ações, como, por exemplo, meus próprios colegas de sala, brancos, que reclamavam da professora dizendo que ela queria fazer com que eles se sentissem mal por serem brancos. Alegavam que ela praticava o ‘racismo reverso’ durante as aulas, quando na verdade, ela estava nos apresentando a história que não era narrada através do ponto de vista do homem branco. Eu me sentia muito incomodada ao escutar alguns comentários relacionados à professora, chegando a discutir com alguns em relação às queixas da sala voltadas a ela.

Não aceitava escutar de pessoas brancas da minha turma, que de alguma forma elas sofriam ou eram “vítimas” enquanto ouviam uma pessoa preta narrar toda a história de sofrimento, exploração e tortura de uma raça, da qual ela fazia parte. Através deste episódio, na atualidade, vejo que desde muito nova já dava indícios em relação não só à pessoa na qual eu viria a me tornar, mas também aos ideais pelos quais eu lutaria. Desse modo, logo, comecei a entender que, na verdade, eu não iria conseguir tudo o que quisesse só pelo meu esforço.

Percebi que, para alcançar o mínimo, eu já teria que me dedicar muito mais do que qualquer outra pessoa branca. Escutava com frequência a música “A vida é um desafio” do Racionais Mc’s, e me enxergava claramente na frase que diziam que não adianta um preto tentar ser 10 vezes melhor, porque devido a todo o contexto social em que vivemos, já estamos 100 vezes atrasados. Aquela música, assim como outras, narra a história de pessoas que vivem reféns da desigualdade social, racismo estrutural e do capitalismo.

Me questionar sobre estas pautas me trazia diversas inquietações: Por que a sociedade funciona assim? Quais são os fatores que contribuem para a permanência da desigualdade racial, mesmo após estarmos em uma sociedade dita ‘igualitária’? Para além do já narrado, alguns outros acontecimentos me moldaram e me fizeram amadurecer e entender ainda mais sobre como o preconceito em nosso país é velado. Só por isso já fica justificado as razões de porque fazer uma obra com esse tema tem tanto significado a mim e a minha história.

Como no dia em que uma colega que frequentava minha casa riui do meu cabelo por conta do volume que ele possui quando não está finalizado. No dia seguinte, na sala de aula, levou isso como pauta para outros colegas que, diferente dela, não riram, apenas ficaram em silêncio, assim como eu. Outro exemplo foi quando ouvi de uma pessoa branca que ela nunca tinha visto uma mulher preta bonita, e que eu era “no máximo bonitinha”. Na atualidade, percebo que, de alguma forma, eu já sabia que estaria sujeita a esses tipos de situações, pois minhas reações não foram de surpresa, constrangimento, tão pouco decepção. Apenas lidava com essas situações demonstrando desprezo e indiferença ao que estava sendo dito. O fato é que, por mais que tivesse me afetado, eu não demonstrava, até porque não iria evidenciar o que me machucava.

Durante toda a minha infância, eu dizia que iria ser advogada, por gostar da área jurídica e frequentemente acompanhar casos criminais. Meu objetivo era ser advogada criminalista. Até que, perto do momento em que iria realizar o vestibular, percebi que não era aquilo que queria seguir como profissão. Entender os aspectos da sociedade, o que causa toda essa desigualdade que vivemos socialmente, sempre foram meus questionamentos durante toda minha vida e tal entendimento me levou a outros caminhos. Foi nessas investidas que esta obra tomou forma, por via de um projeto de iniciação científica, pensado a quatro mãos.

Então decidi que, na verdade, o que eu almejava era cursar Serviço Social. Após pesquisas em relação às atribuições dos profissionais da área e o que é discutido no curso, decidi então estudar para seguir na profissão de assistente social. Com isso, no ano de 2021, ingressei numa Universidade Pública Federal localizada no triângulo mineiro. Naquele contexto, devido ao período pandêmico, comecei a frequentar o ambiente universitário de fato apenas no ano seguinte, em 2022. Quando obtive meu primeiro contato, tive um choque de realidade, pois conviver com diversas pessoas de origens e criações diferentes da nossa é muito impactante.

Mesmo assim, a adaptação ao local ocorreu de forma rápida, isso porque o dia a dia e a maneira como a vida universitária demanda tempo e atenção, fazem com que a adaptação ocorra brevemente. Nisso, acreditava que, por estar dentro da Universidade, localizada no Vale do Tijucu, estaria rodeada de pessoas que são oriundas da localidade. Porém, logo no

primeiro dia de aula, percebi que o movimento que ocorria era contrário, no qual significativa parte da minha turma e do campus é constituída por pessoas de outras cidades e estados, enquanto pequena parcela eram oriundas de cidades e microrregiões circunvizinhas.

Nessa chegada, ainda no primeiro período cursado presencialmente, fiz o processo seletivo do projeto “Cota não é esmola”, que buscava entender como as questões étnico-raciais eram tratadas dentro da universidade. Junto ao grupo, fazíamos estudo de livros que falavam sobre o racismo, realizávamos eventos voltados para a temática e produzíamos material voltado para a luta antirracista. Fazer parte disso foi rico em aprendizado. Além de conhecer pessoas que me marcaram no quesito pessoal e profissional, sendo elas fundamentais no meu processo de graduação.

Ali conheci mulheres pretas e suas trajetórias, vivências e realidades de uma forma que me permitia me enxergar no que elas diziam em diversos aspectos, tornando-se inspirações. Esse momento da minha vida me levou a dedicar parte significativa do meu tempo ao estudo do racismo, seus desdobramentos e de como ele afeta os sujeitos dentro do ambiente acadêmico. Aprendi, também, que a universidade, assim como qualquer outra instituição, reproduz o racismo enraizado em nossa sociedade. Ou seja, mesmo nesses espaços, o preconceito persiste, e os interesses da classe dominante continuam sendo priorizados.

Passados os anos de formação, chegou o momento de definir o tema do meu TCC. A escolha inicial surgiu a partir de uma visita técnica realizada na disciplina de Serviço Social e Processo do Trabalho II. Em uma Escola Estadual, fomos recebidos por uma assistente social que relatava os desafios enfrentados pela instituição, considerando que crianças estavam em situação de vulnerabilidade econômica. Ao perguntar em diversas salas se os alunos conheciam a IES Federal local ou ao menos tinham ouvido falar dela, fiquei espantada com as respostas. Adolescentes do 9º ano afirmavam nunca ter ouvido falar da universidade ou que não poderiam cursá-la por não terem dinheiro para pagar mensalidades.

Saí da visita técnica com um forte incômodo, perguntando-me: Como os próprios tijucanos desconhecem a existência do campus? Ao refletir sobre essa situação, percebi que meu incômodo também se relacionava a fatores que me excluem socialmente, como minha posição em relação

à classe social, gênero, cor, entre outros aspectos. Assim, comecei a questionar: Se a universidade não está aqui para os tijuicanos, está para quem?

Do mesmo modo, ao analisar o corpo discente da IES Federal, observa-se que apenas uma pequena parcela dos alunos é oriunda da própria cidade. Além disso, é notório que uma parte significativa desses estudantes locais acaba evadindo-se. Esse fator levanta importantes questionamentos sobre a entrada e permanência da comunidade tijuicana no espaço acadêmico. Outro aspecto relevante é a composição racial do corpo docente e discente: há uma quantidade significativa de pessoas brancas, enquanto a presença de alunos e professores pretos ou pardos é bastante reduzida.

Dessa forma, ao considerar todos esses fatores, surgem questionamentos centrais: por que, mesmo com o campus localizado em uma cidade de médio porte rodeada por outras menores, a maioria dos estudantes não é oriunda da cidade e região? Quais são os motivos para a baixa presença de pessoas negras e mestiças, seja entre docentes ou discentes? E as pessoas dentro da universidade como percebem e lidam com isso?

Histórias do pacífico, dos Andes, de navio negreiro, de escravidão, do Brasil

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – Comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (Brasil, 1998).

Como já previamente dito, este é um trabalho gestado por quatro mãos. E, vale considerar que faz parte de um projeto de extensão sem grandes pretensões, mas que se deparou com narrativas pessoais impactantes. Até por isso iniciamos a obra com uma introdução em forma de memorial. É a partir daí que o mesmo nos desafia a ir além na busca por trazer o tema em diferentes perspectivas que apresentamos a partir daqui. Foi o próprio campo, dentro e fora da universidade, que nos surpreendeu, chamando-nos a ir mais longe, mais fundo, à entender as subjetividades que envolviam o tema. Os sujeitos que escutávamos no percurso, os fragmentos que permeiam esta obra, o que chegou até nós nos levou a perceber o quão complexa é a demanda racial e possíveis implicações.

Da narrativa do Doutor de herança negra que compõe o texto em narrativas adiante, parte do corpo docente da universidade envolvida, a pesquisadora negra que envolveu-se com o trabalho e aos graduandos mestiços ou retintos que nos inspira na introdução com seu memorial. Da comunidade no entorno da universidade, marginalizada historicamente, à indiferença da instituição diante de seu maior desafio, educar. Da história do povo originário que fugiu para não ser escravizado no início da colonização, ao negro confinado à exploração da agricultura e da mineração das pedras preciosas locais, uma vez trazido do continente africano para esse fim. Ainda, os que foram para as lavouras como a cana e o café, assim como a mineração do ouro em diferentes pontos de um Brasil continental. Sobre o negro uma só sentença: trazido escravo a uma terra estranha, após a longa travessia do atlântico, sem ter para onde fugir, ilhado na América que o confina a escravidão.

É por esta razão que trazemos como epígrafe desta obra aquilo de mais significativo para um país, um fragmento de sua constituição. É ela que estabelece e norteia qual o papel de um país tido como democrático: das instituições educativas e dos recursos a serem destinados, a quem ela direciona e norteia. Assim, mesmo que vivamos dias complexos, em que até os poderes legalmente instituídos venham sendo envolvidos por des-

caso, depreciados ou questionados por potenciais internacionais, nossa Constituição ainda é a regulamentação de nossa nação. É nesse movimento inicial que traremos um fundamento que jugamos central a esse debate para um melhor entendimento de sua amplitude, complexidade, desafio e vergonha. E, centramo-nos em uma pergunta: quem somos? De onde viemos, o que é no nosso tempo, esse povo chamado brasileiro?

As escritas que seguem são um conjunto de dados extraídos das pesquisas feitas por Tábita Hünemeier (2023), uma pesquisadora da universidade de São Paulo, somado a tese de doutorado de Tiago Ferraz da Silva (2021). É na escrita desses autores que tem sido possível afirmar sem deixar dúvida, algumas questões como: somos um povo constituído e forjado em violência sexual de mulheres indígenas e negras desde a colonização. Uma nação em que homens negros e povos originários masculinos foram aniquilados, sem direito de deixar herança genética significativa, sinaliza os estudos mais recentes da genética Brasileira, afirma Hünemeier (2023). As afirmativas têm sustentação em amostras antigas analisadas e que fazem parte de um projeto binacional e colaborativo entre o Laboratório de Arqueologia, Antropologia Ambiental e Evolutiva (LAAAE), o Laboratório de Genômica Populacional Humana (LGPH) da Universidade de São Paulo junto ao Instituto Max Planck de Ciência da História Humana (MPI-SHH) – Jena / Alemanha, reforça Ferraz da Silva (2021).

Os pesquisadores estão se referindo as porções ósseas que foram escavadas e armazenadas em acervos arqueológicos Brasileiros. Posteriormente cedidas à grupo de pesquisa, por meio de trocas de materiais entre pesquisadores de instituições onde estão tais coleções arqueológicas. O esforço colaborativo tem sido com o intuito de se ter um mapa da genética brasileira, afirmam Ferraz da Silva (2021) e Hünemeier (2023). A realização de análises para recuperação do DNA preservado nesses materiais concedidas, a partir de pedido de autorização feito ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (IPHAN), nos traz dados, embora previsíveis, confirmando que pouco se tem de rastro genético masculino de povos originários e negros no Brasil. No material predomina a herança masculina branca (Ferraz da Silva, 2021).

Em análises de nossa população atual, os grupos indígenas contemporâneos aqui analisados, em conjunto com as amostras antigas, fazem

parte de estudos publicados e divulgados recentemente, nos permitindo fazer complexas e constrangedoras conclusões (Hünemeier, 2023). Eles nos mostram as relações de ancestralidade entre os primeiros grupos migratórios humanos estabelecidos na América, em relação as populações indígenas contemporâneas. Para isso, foram exploradas, através do estudo das informações genéticas contida em marcadores uni parentais, como referência. No campo da genética, os autores referem-se aos fragmentos genômicos mitocondrial ou a porção não recombinante do cromossomo Y de populações nativas americanas modernas.

Este levantamento nos dá um dado impactante, se não constrangedor, sobre a nossa ancestralidade não masculina. É este material que nos mostra a força de nossa herança vinda da mulher negra e ou pertencentes dos povos originários, afirma a autora. Para Ferraz da Silva (2021). Os estudos mitocondriais permitiram uma descrição de uma diversidade genética nativa reduzida de herança branca, em comparação com outras partes do mundo, representada apenas por linhagens de genoma feminino negro e de povos originários. Mas, onde estavam as mulheres brancas e os homens negros e nativos? Para o autor,

Essas primeiras evidências genéticas, aliadas aos estudos paleontológicos, arqueológicos, linguísticos e ambientais, nos possibilitaram descrever, em termos bastante gerais, a passagem de algumas populações humanas (morfologicamente modernas) pelo estreito de Bering entre final do Pleistoceno - início do Holoceno (~24.000 e 16.000 AP) até a chegada de grupos humanos no extremo Sul patagônico.

Mas, os dados das pesquisas do autor, nos dão outras leituras intrigantes, afirmando que a análise de pequenos fragmentos, como a região controladora, ou mesmo o genoma completo mitocondrial, sugerem grupos ancestrais nativos americanos vindos do leste asiático. Estes teriam permanecido isolados das outras populações de mesma origem por aproximadamente 15.000 anos. Mas, o que isso quer dizer? Que em decorrência disso houve acúmulo de mudanças genéticas causadas pelos processos micro evolutivos que permitem análises para além, mostrando que a América do sul, por exemplo, teve uma outra força genética populacional, chegada pelo pacífico, sugere. Assim, estes grupos se distanciaram geneticamente dos grupos vindos dos atravessamentos siberianos, denominado pela

arqueologia, de povos e herança Clovis. Algo ocorreu antes da entrada deles no continente e que permitiu posterior expansão em direção ao Sul da América.

Mas o que teria ocorrido por aqui que nos ajuda no melhor entendermos as dinâmicas de nossa herança, vinda de povos originários, nos referindo ao Brasil? Considerando o número de levadas migratórias necessárias para explicar a variação dos povos originários estudados, é possível concluir algumas questões, afirma Ferraz da Silva (2021) e Hünemeier (2023). Com base nos dados autossômicos, a maioria dos achados genéticos sinalizam uma única entrada de descendência vinda dos habitantes do pacífico e geneticamente diferente dos povos Clovis que entraram pelo Alasca. A hipótese é que chegaram da Oceania, vindo de ilha em ilha, em tempos cujos oceanos estavam 100 metros abaixo do nível atual. Uma vez no litoral pacífico, no Peru, subiram a Cordilheira dos Andes e desceram na Amazônia brasileira.

O que temos de dados bem conclusivos é que os grupos humanos na América do Sul procedem, também, de migração andina, entrando no Brasil pela Amazonia, descendo o rio Amazonas, se estabelecendo em diferentes pontos desse percurso, formando grandes grupos populacionais, com alto grau de organização social, dados bem evidentes atualmente em estudos com uso de tecnologia de mapeamento e levantamentos feitos bem sinalizado pelo arqueólogo Eduardo Góes Neves e sua equipe (Aparício et al, 2024). Este trabalho tem mostrado muito do que foi a Amazônia e seus primeiros habitantes, a partir de sonares acoplados a drones ou aviões. Os levantamentos feitos, somados aos achados do pesquisador, já remontam tempos superior a 9 mil anos de habitação amazônica, indicando a baixa impossibilidade de conexão entre os descendentes Clovis de 12 e 13 mil anos, quando entraram pelo estreito de Bering. Para serem os mesmos povos, teriam que ter entrado e rapidamente descido a América, sendo algo bem pouco provável.

Para os pesquisadores, as sondagens aéreas têm revelado antigas civilizações na Amazônia de no mínimo 10 a 15 mil habitantes em cada organização de cidade, sendo muitas delas já bem descritas. Tecnicamente, os achados têm contado com a ajuda de equipamentos que utilizam a tecnologia Light Detection and Ranging - LiDAR, ou radar a

laser. Trata-se de sistemas, acoplados a drones, aviões ou satélites que disparam feixes de laser que, ao penetrar na densa vegetação, criam imagens tridimensionais detalhadas do solo, mostrando delimitações geométricas exatas e estradas de quilômetros de extensão em linha reta. Tais imagens permitem que arqueólogos, como Eduardo Góes Neves e sua equipe, afirmem e identifique estruturas antigas escondidas. Nesse caminho tem sido descoberta estradas, valas, aterros e outras alterações no terreno, revelando a presença de assentamentos e cidades antigas por toda a Amazônia, do acre a Ilha de marajó. Trata-se de pesquisas que tem tomado proporções e significados abrangentes nos últimos anos no Brasil, na área amazônica.

Ao somar as pesquisas da arqueologia e os levantamentos genéticos de de Hünemeier (2023), do ponto de vista genético os povos originários brasileiros, afirmativamente, descendem de uma linhagem genética que se diferenciou dos grupos andinos, mas que de lá procederam. Uma vez na Amazônia, deram origem a divisão Andes e Amazônia ou o que os pesquisadores têm sinalizado como Leste-Oeste continental (ferraz da silva, 2021). No entanto, vale considerar, ponderar o autor, que o isolamento atribuído às linhagens genéticas que representam essas macro-ecorregiões (Andes e Amazônia) tem sido revisto a partir de evidências de conexão genética entre e dentre grupos nativos amazônicos e andinos confirmando tais suposições.

Para o autor, além da Amazônia, a teorização do uso de rotas costeiras de ocupação humana também tem ganhado notoriedade no debate acadêmico com o aumento da representação genética de povos indígenas. Nos estudos populacionais humanos, todos procedem dos troncos de uma mesma linhagem genética de povos originários, os que procederam dos andes. Seriam na genética, o chamado de grande Grupo “G”, que se distribuiu pela Brasil, descendo pelo Mato Grosso, ao mesmo tempo em que descia o rio Amazonas e expandindo-se pelo litoral abaixo, ocupando o Brasil de norte a sul e sua área central. Se os dados aqui inseridos nos dão uma visão detalhada de nosso povo, da herança genética de toda uma nação, questionamos que é centrada nesses povos originários ou negra: por que persiste um complexo processo de subalternização e não reconhecimento de quem somos como herança genética? o que está em jogo?

Consideremos somente essa herança vinda dos andes até aqui. Arrazoemos se o que está na mesa é a vontade de alguns, fazendo e forçando valer como verdade, as leis de branquidade e um complexo apagamentos de nossa verdade genética herdada que tem sua porção branca marcada por abuso desse homem que aqui chegou sobre as mulheres que aqui estavam. O mesmo ocorreu com o negro. O masculino foi apagado e o feminino foi usado como abuso e para reprodução do homem branco. Pouco temos de herança masculina branca e nativa.

Nesse sentido, remetendo-nos a essa segunda metade da terceira década do século XXI, como uma democracia do tamanho da nossa não reconhece que a origem de um povo persiste em não ser levada como espinha dorsal de um debate e consciência étnica?

Assim, buscaremos, nesta obra dar voz às razões que nos fazem debruçar sobre o tema, as trajetórias de luta e profissionalização, material adquirido em um formato de escrita pessoal, de memorial e, por isso, na primeira pessoa. Seria uma forma poética, como sinaliza Rosa Maria Bueno Fischer (2021), de se pensar a pesquisa em ciências humanas a partir de quem a realiza. Nesse primeiro momento da obra, ainda introdutoriamente, vamos trazer um pouco desse pedacinho do Brasil onde estamos e que nos inspira, um pouco da história dessa região e de sua constituição populacional, embora muito já tenha sido dito de início ao descrevemos muito de origem de onde viemos.

Tenhamos em mente dados como a herança andina, a genética feminina que nos constitui de mulheres que aqui estavam e das negras que para aqui foram trazidas. Tenhamos em mente o apagamento da herança masculina que deveria ter sido herdada dos povos que aqui viviam antes da colonização de exploração europeia, mas que quase desapareceu, o mesmo ocorrendo com o homem negro apagado geneticamente, aparecendo somente heranças masculinas brancas. Do apagamento masculino negro, pesquisas feitas e comprovadas por Hünemeier (2023), passa a ser algo de inestimado valor. Revela-nos o que tem sido travado no melhor entender quem somos, que marcas constitui nossa herança e formação. Buscando afunilar o tema do debate proposto, embora entendamos que a contextualização é rica e importante, buscaremos adentrar ao vale do tijuco, localizado no Brasil central que recebeu levas migratórias do tronco

genético “G”. assim, um pouco da história local e seus marcos e marcas nos guiarão.

De acordo com dados do IBGE (1959), a região na qual hoje se localiza o Vale do Tijuco foi habitada pelos ameríndios, povos originários que faziam parte do grupo “G”, aqui chamados de caiapós. Ainda, ao redor dos rios Prata e Tijuco habitavam os panariás. Com a chegada dos colonizadores na região, os povos que ali habitavam reconheceram que os invasores possuíam superioridade bélica, isso fez com que não houvesse grandes conflitos, pois seriam facilmente derrotados em confronto. Cederam o espaço e migraram para a aldeia de São Francisco de Sales. Os que resistiram à invasão foram forçados a migrar para Goiás e Mato Grosso. A partir desse contexto, os rios Prata e Tijuco passaram a desempenhar papel estratégico como principais vias de acesso ao território onde mais tarde surgiria a cidade de Ituiutaba. Assim, a região atraiu diversas expedições, direcionadas especialmente à sua exploração e ocupação pela presença de pedras preciosas.

Já no ano de 1810, a região do Triângulo Mineiro já era distribuída em sesmarias, áreas de terras entregues a um indivíduo em nome do rei de Portugal, resultado do processo de colonização e invasão dos portugueses. Historicamente, entre os limites territoriais dos atuais municípios de Prata e Ituiutaba situa-se a foz do Rio Douradinho. Esta área corresponde ao primeiro núcleo de povoamento da região, conforme atestam registros de sesmarias preservados no Arquivo Público Mineiro. O ocorrido foi que em 1830, o padre Antônio Dias de Gouveia estabeleceu-se no local, adquirindo inicialmente a sesmaria denominada Três Barras e, posteriormente, ampliou suas posses com a incorporação de outras propriedades. Reconhecido como figura central no processo de fundação e consolidação dos municípios de Prata e Ituiutaba, o padre exerceu papel fundamental na conformação socioeconômica e organizacional dessas localidades. Documentos descrevem que,

Por provisão de 20 de fevereiro de 1833, foi nomeado o Padre Ângelo Tardio Bruno, vigário da localidade. Com a chegada desse pároco, o povoado tomou novo impulso, contando já a freguesia, em 1890, com 5 067 habitantes. Pela Lei estadual n.º 319, de 16 de setembro de 1901, foi criado o município com a denominação de Vila Platina,

com sede no povoado de São José do Tijuco. O primeiro Presidente do Executivo eleito foi o Augusto Goulart Brum sendo o 1.º Secretário Aureliano Martins de Andrade (IBGE, 1959, p. 305).

No ano de 1901, surge o município, denominado Vila Platina, que ao receber a categoria de cidade, passou a se chamar Ituiutaba, nome de origem tupi e que carrega um significado especial: “I” significa rio, “tuiu” corresponde a tijuco, e “taba” quer dizer povoação. Assim, “Ituiutaba” pode ser interpretado como “povoação do rio Tijuco” e seu nome, como em muitas outras regiões brasileiras, define-se pela língua de quem o habitava, os povos originários. Conforme aponta Muniz (2014), na fase inicial de seu desenvolvimento, Ituiutaba apresentava um número populacional pequeno, composto, em sua maioria por moradores da zona rural que tinham a agricultura como sua principal atividade. Essa população, contudo, encontrava-se em posição de desvantagem econômica e política em comparação aos grandes proprietários de terras.

Devido a exorbitante produção de arroz realizada, a região passou a ser identificada como a “capital do arroz”. Conforme destacam os dados analisados, o município também recebeu um significativo número de migrantes, entre eles nordestinos e sírio-libaneses, que se dedicavam tanto ao cultivo agrícola quanto à extração de pedras preciosas nas margens do rio Tijuco. Com o avanço do tempo, verificou-se um processo de urbanização crescente, marcado pela transferência da população do campo para a cidade, fenômeno analisado por Muniz (2014). Para o autor,

A cidade que era o centro administrativo de todas as ações ia aos poucos se transformando por conta das contingências nacionais e internacionais. Na década de 1950, [...] o aspecto urbano vai ganhando um formato que denota mais moradias ocupando espaços que antes abrigavam antigas árvores, num andar desapressado, próprio da época no contexto. Todavia, percebe-se que o contorno urbano deixa visível uma planta cadastral quadrada, mais retilínea, própria do projeto de cidade jardim, sem aquelas antigas ruas tortuosas, becos e vielas (Muniz, 2014, p. 69).

Atualmente, Ituiutaba, possui cerca de 120.000 habitantes, com um território de extensão de 2.598,046 km². Configura-se, ainda, como

um relevante polo regional, uma vez que concentra e disponibiliza uma diversidade significativa de serviços destinados ao Pontal do Triângulo Mineiro. Esse papel de centralidade é evidenciado pelo atendimento a municípios vizinhos, como Capinópolis, com 14.655 habitantes; Santa Vitória, com 20.973; Gurinhatã, com 5.192; Canápolis, com 10.608; Cachoeira Dourada de Minas, com 2.315; e Ipiacu, com 3.776. o vale do tijuco compreende a somatória dessas cidades e população. Em conjunto, esses municípios totalizam aproximadamente 178.538 habitantes, conforme dados do IBGE (2022) e o que compreende como Vale do Tijuco.

O mesmo tem como principal atividade econômica a agricultura e apresenta um destaque na produção de soja, milho e pecuária. No âmbito industrial, a região conta com grandes empresas como Nestlé, Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, Canto de Minas e Laticínios Baduy, que têm presença forte, contribuindo para o desenvolvimento e a geração de empregos na região. Conforme os dados acerca da educação na cidade de Ituiutaba, o QEDU aponta que, em 2024, o sistema educacional conta com 38 escolas da rede pública, sendo 20 municipais, 17 estaduais e 1 federal, além de 21 instituições privadas. Dentre as 38 unidades públicas, 11 oferecem ensino médio: 10 estaduais e 1 federal, somadas a apenas 5 escolas privadas que oferecem essa etapa de ensino. (IBGE, 2022)

Ainda em 2024, o número de alunos matriculados no ensino médio desse município, de maior amplitude e recurso, como exemplo e referência da região, foi de 3.269 nas escolas públicas, 2.777 nas estaduais e 492 na federal, além de 443 matrículas no ensino médio da rede privada. No 3º ano do ensino médio, o total de matrículas em escolas públicas foi de 880, 726 nas estaduais e 154 na federal. Já na rede privada, foram registradas 123 matrículas.

Para fins de análise neste trabalho, foram consideradas também as escolas públicas com maiores índices de participação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Os dados revelam percentuais que variam entre 41%, 49%, 56% e 59%, a depender da unidade escolar. Esses números evidenciam a reduzida adesão dos estudantes do ensino médio da rede pública à principal avaliação de acesso ao ensino superior. Ressalte-se, ainda, que os dados apresentados dizem respeito apenas às inscrições

no exame, não correspondendo ao quantitativo de alunos que, de fato, ingressam, permanecem e concluem a formação universitária.

Feito esse desenho inicial da obra, a partir de dados oficiais nas páginas digitais dos municípios, sobre a região e sobre a forma como instituições, economia, oportunidades e sua historicidade foram sendo construídas, buscaremos dar espaço a um dos temas centrais desta obra, a partir de um desenho diferente do usual. Queremos, inicialmente, reconhecer o valor do que chegou até nós, da forma como, às vezes, damos espaço para sinalizar as falhas, os erros e as omissões. Por isso, o desafio será reconhecer um pouco do que a África representa para o nosso país, não sendo diferente em relação a esta região. Para isso, descrevemos, inicialmente, os referenciais metodológicos que nos guiaram na obra e na pesquisa de campo.

Se essa introdução nos localiza historicamente quanto a questão de nossa herança enquanto povos originários, um outro tema foi citado marginalmente, que é a temática negra. E porque ele não é aprofundado de forma semelhante? Porque será colocado como um viés central desse debate aqui apresentado. É a partir de um levantamento mais detalhado que a questão negra, racial, de herança, suas formas perversas presentes em nossa sociedade, em espaços acadêmicos como a universidade pública está presente. É nosso intuito trazer a questão dos povos originários no início, para localizar o leitor. Para que a questão preta possa ocupar também, nas páginas que seguem, seu espaço de protagonismo. Algo que denominamos como indispensável.

Nesse sentido, anunciamos aqui um pouco dos autores que nos servirão de sustentação, como os fundamentos de pós-estruturalismo, de discurso e de controle discutidas por Michel Foucault. Para sustentar em uma escrita de forma sensível, nos desafiando a nos sentir parte daquilo que fazemos, Rosa Maria Bueno Fischer é quem nos dará subsídio. Ainda, virá de Pierre Bourdieu uma sensível contribuição sobre capital e a forma como a sociedade age separando o que e os que podem e não podem, ser legitimamos ou subalternos. Indo além, vem de Richard Miskolci entendimentos da teoria Queer, que metodologicamente nos fortalecerá no que propomos fazer e entender da sociedade racista e do preconceito.

Por fim, Hanna Arendt nos será a luz para um entendimento que julgamos central: o de que o racismo é um mal enraizado na sociedade, como o ocorrido na Alemanha nazista, assim como em outras sociedades que não percebem o dano que fazem a si e aos que convivem diariamente no mesmo espaço. Diferenciado por uma questão de cor de pele, de herança, devido as marcas de quem a constitui geneticamente, um estigma social é disseminado com tom grave de preconceito. Daí partem processos de direitos e não direito, legal e ilegal, acessível e não acessível, os que podem e se sentem ou são colocados como legítimos e os que não podem, não tem condições, não apresentam os elementos que os possibilita ser, ir, estar, conquistar.

METODOLOGIA

Esclarecemos que esta, trata-se de uma escrita ajustada ao campo das pesquisas qualitativas e que tem sua análise e aprovação no comitê de ética CAAE 87935024.4.0000.5152. Ainda, trata-se de produção referenciada que parte dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa: Educação, Masculinidades, Cultura e Subjetividades – GPEMCS e Projetos Interdisciplinares – GPCIM. Nesse caminho, envolveu pesquisa documental e dados coletados de um grupo de sujeitos participantes.

Referente aos participantes, tivemos como participação estudantes do campus de uma universidade pública federal localizada no Triângulo Mineiro. A perspectiva foi considerar demandas que abarcam questões raciais na universidade e postulantes a universitários. Dentro e fora da instituição, a pesquisa, dentre outros, teve a participação de graduandos que se auto-identificam como negros ou mestiços. Em seus relatos em formato de memorial, trouxeram respostas subjetivas, voluntárias, que nos foram referência no desenho do trabalho aqui apresentado. Os entrevistados participaram deste trabalho por meio de memoriais descritivos, decorrentes de ações contínuas dos dois grupos de pesquisa citados, que têm sensível conectividade com três disciplinas regulares de cursos existentes na instituição e de projetos de extensão que alcançam público externo, em escolas públicas da região.

Além disso, contou com uma pesquisa informal inserida ao google forms, e que para tomarem conhecimento e acessarem, tornou-se os grupos de estudantes, o caminho pra divulgação, com adesão e participação anônima, voluntária e disponibilizada por algumas semanas. Também, a busca e acesso a dados institucionais por via dos órgãos regimentares da universidade foi possível. A Pró-reitora de graduação com os dados dos grupos recentes que nela entraram, ficaram, evadiram, formaram-se

foi e compõe essa obra, ajudando no debate proposto. Mas como nos organizamos e articulamos?

Metodologicamente, os trabalhos de Fischer (2021), ao abordar a metodologia em pesquisas, criando uma relação com a arte nos foi inspirador. A discussão consiste na realização de uma investigação qualitativa levando em consideração cada detalhe do sujeito entrevistado, sem perder a ética e o teor acadêmico da pesquisa. A autora defende que a pesquisa deve trazer todos os elementos que a pessoa entrevistada pode nos apresentar para que possamos analisar não apenas o verbalizado, mas também estudar o contexto social em que este sujeito está inserido, sendo este conceito denominado de práticas discursivas e não-discursivas. Abordar questões raciais exigem isso.

A autora aponta que devemos nos desvincular de interpretações simplistas e explicações unívocas dos discursos, e sim, analisar o contexto histórico, social e as relações de poder em que o discurso é realizado, como também reforça Foucault (2011). Ao realizar este movimento, conseguimos construir uma realidade muito além das palavras ditas e entender a realidade colocadas nos discursos, cheios de vontade de verdade como sinaliza Santos (2016). Fischer (2001) aponta que entre os discursos existem também as relações de poder, que refletem diretamente no indivíduo, fazendo com que fique claro o local de fala e a realidade na qual a pessoa está inserida.

A autora destaca que um discurso não desvincula-se das relações de poder. Aponta que, segundo Foucault (2011), os discursos não são apenas expressões retiradas de uma realidade, e sim elementos que compõem a subjetividade e realidade de um sujeito, chega a ele cheia de vontade de verdade e assim age sobre ele, sobre sua identidade e o coloca ajustado a demanda esperada. No nosso caso isso se mostrou fundamental, no ajudar a entender o local ao qual o mestiço e o negro tem sido colocado na sociedade brasileira a alguns séculos. Mecanismo bem inserido na sociedade ao ponto de parecer natural, mas tendo sido somente naturalizado, reforça Santos (2016).

Para Foucault (2011) é preciso ficar, ou tentar ficar, simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é importante trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o

aparecer na complexidade que lhe é peculiar e os memoriais e documentos oficiais acessados aqui nos permitiram essa perspectiva. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções, conteúdos e representações, escondidos pelos textos, não imediatamente visíveis.

É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade. Para Foucault (2011), nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há de fato enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento e se faz valer, se fortifica, adentra e molda as identidades. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos. (Fisher, 2001, p. 198).

Ainda, o ensaio de Fischer (2021) traz como método de pesquisa a escuta sensível, a reflexão sobre conhecer a si mesmo antes de tentarmos entender as questões alheias. Ao realizar este movimento de se enxergar dentro da pesquisa, ela pode fazer com que os dados coletados e o processo de pesquisa não sejam percebidos apenas sobre o objeto de estudo, mas também, sobre a resposta de seus questionamentos e inquietações, daquele que pensa os dados, que avalia os dados. Também, aponta que o ato de pensar é transformar a nós mesmos, de uma maneira que, ao construirmos nossos objetos de estudo na pesquisa, o movimento só pode ser tido como verdadeiro se sairmos transformados a partir das relações com o objeto de estudo” (Fisher, 2021).

Ademais, na obra de Foucault (2011) e Fischer (2021), outros conceitos trazidos são os enunciados e a heterogeneidade. Estes são pontos de significativa importância para a construção de uma análise de discurso em uma pesquisa. O enunciado trata dos elementos do discurso, que fazem com que uma fala se torne uma verdade. Além de se tratar de uma palavra que define algo, ela também carrega as individualidades do sujeito que verbaliza o discurso, impõe verdades, penetra no espaço social e nos

ouvidos e acomoda-se como parte do sujeito. Embora este não seja um movimento indolor para muitos.

Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar, dissemina-se por via dos discursos. Assim, o que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva (Fischer, 2001, p. 202). Pelo interesse que há em sua propagação e disseminação. A questão racial, de subalternia que trazem essa essência, ao estar e perpetuar na sociedade que é perpassada por racismo, misoginia e lugar de não legitimação, de sujeito não de direito legítimo, mas de clandestino e de não merecedor.

O segundo conceito é o da heterogeneidade abordada pela autora, que consiste na ideia de que nenhum discurso é completamente uma verdade, existindo verdades individuais. Com isso, os discursos não são homogêneos e sim repletos de outras verdades. Ou seja, uma situação pode apresentar diversas versões e conclusões sobre os mesmos fatos. A autora aponta que “considerar a interdiscursividade significa deixar que afluam as contradições, as diferenças, inclusive os apagamentos, os esquecimentos; enfim, significa deixar aflorar a heterogeneidade que subjaz a todo discurso” (Fischer, 2001, p. 212). Contudo, os elementos abordados por ela são fundamentais ao realizar uma escuta sensível.

Estes pontos podem fazer com que a análise do discurso seja mais precisa e que apresente outros pontos que podem ser analisados e interpretados como uma verdade individual, deixando também as possibilidades das verdades não ditas. É esta possibilidade que nos ajuda entender como a questão preta está na sociedade enraizada até mesmo na forma como um negro e uma negra se vê como sujeito de não direito. Como aquele que não pode e não deve adentrar e ocupar certos espaços, porque historicamente ele não tem e nem teve direito disso.

A proposta feita pela autora, que transforma a pesquisa em um viés mais profundo aqui, saindo do âmbito de mera coleta de dados e informações para uma escuta sensível, é o que nos torna possível adentrar em debates como o aqui proposto. Pois os dados e informações coletadas

puderam ser interpretados para além do verbalizado, ainda mantendo a ética e postura de uma pesquisa acadêmica, usufruindo dos aspectos que o objeto de estudo pode nos trazer.

Fischer (2001) complementa as discussões abordadas em Fischer (2021), ao caracterizar os diversos elementos que podem estar presentes numa fala, como os enunciados, a heterogeneidade, a análise de práticas discursivas e não-discursivas. Sendo assim, a autora orienta no ensaio, apontando que, ao analisarmos ou tentarmos entender as questões do outro, devemos anteriormente realizar este processo conosco. Pois, segundo a autora, só conseguimos realizar uma escuta sensível e que abrange as subjetividades de uma pessoa, se antes disso conhecermos a nós mesmos. Dessa forma, ao analisar Fischer (2021), fica nítido que, ao debatermos sobre a pesquisa temas como a invisibilidade de uma Universidade Pública Frente à sua comunidade local, pareceu-nos desafiador, mas potente.

Como descrito e aqui retomamos com mais riqueza de detalhes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com discentes oriundos da cidade e região. O objetivo foi de compreender como esses sujeitos percebem a universidade, se sentem pertencentes ao espaço ou não e qual a opinião acerca da não aderência da comunidade local à Universidade. O material empírico foi analisado com base na análise de discurso a partir de Foucault (2011) e Fischer (2001, 2021) já bem-sinalizado, considerando os conceitos de enunciado, formação discursiva, heterogeneidade e interdiscursividade.

Teoria Queer: para um viés de entendimentos da dualidade negro, mestiço e a legitimação branca

Consideremos que o queer é uma posição que congrega os atravessados, os desviantes da norma que, se é fundamento no entender das questões de sexualidade e gênero, porque não alargar-se para entendimento de outras dualidades. Pretendemos ir além, adentrando ao “problemático, vira-lata, mulato, mestiço, meio morto; em suma, aqueles que cruzam, passam ou atravessam os limites do “normal”” (Anzaldúa, 1987, p. 3). São estes estudos com perspectivas e desafios das epistemologias do sul, que nos tem ajudado a perceber o valor dessas novas leituras das teorias consolidadas no desafio de redesenhá-las ao que nos é emergente. Isso

porque ao europeu, ao estadunidense, esse não é um desafio, mesmo não se tratando de nações majoritariamente brancas, embora sintam-se soberanos aos demais.

Mas afirmamos não ser desafio nosso, nessa escrita, salientar as contradições para além do hemisfério sul, para além América Latina, de adentrar aos trágicos sistemas racistas ingleses e americanos, ou da atual Alemanha, dentre muitos outros. Nossa proposta é construir e contribuir para a edificação de saberes que sejam auxiliares no entendimento de nossos dilemas, nossas contradições. Propor linhas de pensamento que nos ajude contribuir para o entendimento e superação de nossas mazelas históricas. Diante do exposto, pensar a questão negra, a de racismo e de subalternia dos mestiços no Brasil nos parece mais importante, pessoal e emergente ao nosso tempo, ao nosso país, ao nosso povo. A partir dessas percepções, uma possível maneira de caracterizar a posição é considerar os sentidos indiretos que a Teoria Queer permite sustentar em um debate.

Referimo-nos à forma como essa fundamentação teórica tem sido utilizada para discussões no campo das subalternidades, envolvendo grupos que, de alguma forma, se encontram à margem da sociedade ou são colocados nesse lugar. Aqui falamos de negros, de mestiçagem, e não validação da presença desse público em espaço acadêmico, questão em que entre mulheres, quando as identidades de sexualidade e gênero fora da norma também são evidenciadas. Especificamente, a teoria Queer também pode e nos permite considerar grupos vulneráveis no campo econômico, sujeitos subalternizados pela sua cor de pele, pela sua condição social, dentre outros. Afinal, estes são sujeitos não legitimados diante de uma força legitimadora branca, eurocêntrica. Mas tem como mudar esse ser preto, ser mestiço? Afinal, falamos de traços que estão na pele do sujeito, na cor que traz em sua pigmentação.

Na busca pelo entendimento do Queer com Richard Miskolci (2012) e sua possível análise e caminho de leitura, o que entendemos atualmente, como teoria, teve suas primeiras discussões realizadas na década de 1960. No período, os denominados novos movimentos sociais apresentavam como propósito criticar o tradicionalismo, bem como o Estado e os partidos, apontando críticas voltadas para a autoridade e representatividade

que possuíam em relação à população. Ações que eram, possivelmente, relacionadas à contracultura que se destacou durante o período citado, que envolvia maior participação de classes subalternas. Também, destacavam diversas outras pautas que iam além de questões políticas, lutas sociais para reconhecimento de identidades estavam na pauta. O autor, sobre o movimento queer e a sexualidade, ainda afirma que:

Alguns, mais ousados e de forma vanguardista, também começaram a apontar que o corpo, o desejo e a sexualidade, tópicos antes ignorados, eram alvo e veículo pelo qual se expressavam relações de poder. A luta feminista pela contracepção sob o controle das próprias mulheres, dos negros contra os saberes e práticas racializadores e dos homossexuais contra o aparato médico-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico tinham em comum demandas que colocavam em xeque padrões morais (Miskolci, 2012, p. 20).

Sendo assim, a Teoria Queer tem inicialmente uma perspectiva de oposição ao conservadorismo, trazendo discussões em relação à sexualidade, obtendo como um de seus propósitos a resistência de pessoas que buscavam desvincular a discussão acerca da sexualidade com a finalidade de reprodução, e enfatizar as diversas formas de prazer e os diferentes modos de obtê-lo. Em sua obra, Miskolci (2009) nos traz a seguinte afirmação em relação ao movimento Queer:

O diálogo entre a Teoria Queer e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento queer com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual (Miskolci, 2009, p. 02).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o mundo produzia pesquisas voltadas para a sexualidade que focavam nas comunidades gay e lésbica,

os trabalhos de Foucault (2007), e sua repercussão no mundo é um bom exemplo disso. Miskolci (2012) aponta que, ainda que não fosse essa a intenção, esses estudos acabavam reforçando a ideia de que a heterossexualidade era a norma social a ser considerada pelos indivíduos como modelo. Enquanto a homossexualidade seria uma característica apresentada por uma pequena parcela da sociedade, e que a população deveria começar a respeitar. Ou seja, os trabalhos realizados a respeito da homossexualidade se baseavam em enfatizar as minorias sociais, sendo maneiras de inviabilizar e deslegitimar as diversas outras formas de sexualidade não hegemônicas (Miskolci, 2012, p. 29).

Se pensarmos, o que ocorre com os não brancos na sociedade, a questão é que podem ser entendidos do mesmo modo. O trágico da questão é que não se trata mais de minorias. No Brasil somos a maioria, e mesmo que pessoas se sintam ou se percebam como brancos, são decorrentes de toda uma sociedade que por mais de 500 anos vem se miscigenando. Então, esse é um debate que precisa ser feito de legitimação por diferentes razões e urgências.

Nesse sentido do campo teórico queer e seu histórico, vale arrazoar que os pensamentos produzidos dentro dos ambientes acadêmicos nos Estados Unidos da América influenciaram na construção da ideia de que a Teoria Queer teria surgido exclusivamente no país, no ano de 1990. Este período teve como destaque o lançamento de três obras importantes para o movimento. Sendo eles, “Problemas de Gênero”, escrito por Judith Butler, “One Hundred Years of Homosexuality”, produzido por David M. Halperin, e por fim “A Epistemologia do Armário”, obra da pesquisadora Eve Kosofsky Sedgwick. Considerado por muitas pessoas o grande ponto de partida da Teoria Queer. A teoria do armário é fenomenal para certas leituras. Uma de que pensamos estar dentro do armário e por isso invisíveis. A fundamentação nos diz que o armário tem portas de vidro e somos vistos estando fora ou dentro. Consideremos a questão social de classe, as marcas estão evidentes em diferentes formas e o armário não a esconde. As marcas de um grupo social são evidentes para além da cor de pele e o armário não consegue esconder (Santos, 2016).

Mas, especificamente, o movimento apresenta raízes no feminismo, por ter sido desenvolvido por homens e mulheres que apoiam a luta feminista, uma questão de valor inestimável para com a valorização da mulher negra no nosso tempo, e sua não legitimação nos espaços acadêmicos de maior significância. No campo feminista, o autor afirma que a teoria se trata de uma ramificação do movimento de luta pelos direitos das mulheres, mesmo que tenha o propósito de questionar quem é o sujeito do feminismo.

A Teoria Queer lida com o gênero como algo cultural, assim, o masculino e o feminino estão em homens e mulheres, nos dois. Cada um de nós – homem ou mulher – tem gestuais, formas de fazer e pensar que a sociedade pode qualificar como masculinos ou femininos independentemente do nosso sexo biológico. No fundo, o gênero é relacionado a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade. Em outras palavras, a Teoria Queer tem um duplo efeito: ela vem enriquecer os estudos gays e lésbicos com sua perspectiva feminista que lida com o conceito de gênero, e também sofisticar o feminismo, ampliando seu alcance para além das mulheres. Mas, como toda vertente teórica, ela reúne diferentes autores/as e perspectivas sob um mesmo rótulo criado a posteriori. Historicamente, o termo “Teoria Queer” foi cunhado por Teresa de Lauretis, em 1991, como um rótulo que buscava encontrar o que há em comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas (Miskolci, 2012, p. 31).

Entretanto, somente a partir da década de 1980 é que a ideologia Queer passa a ter seus valores concretizados. Um fator determinante para este ocorrido foi o surto do vírus da AIDS, que se iniciou nos Estados Unidos da América. Este momento foi de grande agitação da população, e por se tratar de uma IST (Infecção Sexualmente Transmissível), logo se transformou em uma epidemia. Este fator resultou na manifestação de pessoas conservadoras e preconceituosas, que passaram a acusar e apontar membros das comunidades que não seguiam a ordem sexual imposta, como sendo os causadores da proliferação da doença. Portanto, pessoas que não viviam de acordo com a heteronormatividade estabelecida socialmente eram vítimas de apontamentos, sendo alvos de discriminação e estigmatização.

Contudo, neste momento, deixou evidente que todo este ataque realizado por pessoas conservadoras, direcionado às pessoas que não viviam de acordo com o modelo social, será sempre realizado de formas e motivos distintos, e que estes serão sempre oprimidos pela população. O momento citado trata-se de um marco histórico para a sociedade, podendo ser observados resquícios deste período no mundo todo, politicamente e culturalmente, sendo um acontecimento que influenciou na maneira como as pessoas passaram a se portar sobre as suas sexualidades e vidas sexuais. Diante disso, o Queer é definido pelo autor como:

O que busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais”. Quer alguém seja completamente ajustado e reconhecido socialmente, quer seja alguém marcado, humilhado, as normas e convenções operaram sobre os dois e ambos são capazes de reconhecê-las. Claro que os humilhados e ofendidos, os relegados à vergonha e à abjeção, sofrem mais e são os que denominamos esquisitos, mas não é tão raro, em nossos dias, encontrar pessoas que mesmo dentro dos modelos socialmente impostos reconheçam seu caráter compulsório, violento e injusto. De forma muito esquemática, mas, espero, esclarecedora, essa reflexão busca distinguir o espírito político queer da mera luta pró-homossexualidade (Miskolci, 2012, p. 25).

Contudo, podemos analisar o motivo pelo qual essa normatividade consegue atravessar os sujeitos, moldando-os a agir conforme o padrão estabelecido e punindo aqueles que fogem dele. Daí questionamos, o que ocorre entre negros e mestiços na sociedade não é exatamente isso? Há um discurso bem disseminado e dissimulado de não reconhecimento ou de fácil depreciação do sujeito que não é branco.

Nesse caminho, Fernandes (2012) aponta a análise foucaultiana sobre o discurso, afirmando que o discurso anda lado a lado com o sujeito e, assim, se constitui a história, possibilitando o surgimento do próprio discurso. Nesse sentido, o discurso se torna real a partir da verbalização, dos gestos, de aspectos corporais, da vestimenta, entre outros elementos,

marcas que o corpo negro e mestiço traz para além de sua cor de pele. O autor também afirma que o discurso é o meio pelo qual as relações de poder são exercidas e que constitui “uma categoria do sujeito, do saber, do poder, da subjetividade” (Fernandes, 2012, p. 17-18).

O discurso continua sendo problematizado e, então, considerado como um conjunto de enunciados polêmicos e estratégicos que integra as malhas do poder, perpassando todas as relações entre os sujeitos (Fernandes, 2012, p. 47). E, por ser assim, atravessa os sujeitos não normativos quanto sua cor de pele e procedência social e o torna classificável, crandestinizável. E quem o faz são as pessoas legítimas pelo poder. Isso porque,

O poder não é então algo que alguém possa deter, ou o que pode emanar de alguém, existe em relações de forças, é marcado por dispersão, sofre intermediações, apoios recíprocos etc., e integra um sistema de diferenças, próprio à coexistência dos sujeitos, e, assim como o discurso, funciona por meio de práticas, é exercido (Fernandes, 2012, p. 52).

Fernandes (2012) ainda afirma que o poder pode se manifestar de diversas formas diferentes sobre o sujeito, sobre o corpo, “se poder se organiza em torno da vida: há, portanto, existe uma biopolítica investida de biopoderes” (Fernandes, 2012, p. 52). Sendo assim, a partir dos discursos e das relações de poder, ao não trazer as marcas esperadas, os sujeitos passam a ser suscetíveis a processos de punição, podendo ser eles, nos casos dos “anormais”, exclusão, discriminação, preconceito, ou até mesmo o extermínio.

Nas relações humanas, quaisquer que sejam, o poder está sempre presente, há relações de poder em todas as relações entre sujeitos. O poder, nessa acepção, focalizado em micro instâncias, é um exercício integrante do cotidiano e consiste em formas de luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão. Logo, o poder implica e/ou requer a resistência (Fernandes, 2012, p. 56).

Ao considerar a teoria Queer como um elemento metodológico agregador a esse debate aqui organizado, o fazemos apostando que por ser campo consolidado, por adentrar ao debate e ser sustentação para

discussões que se debruçam sobre demandas de subalternia, ela se mostra como elemento possível. Dizemos o mesmo sobre a teoria do armário e sua compreensão para aqueles que se iludem no Brasil que são invisíveis ao preconceito. Portanto, pensar em subalternos no Brasil, passa por esse lugar em que o negro e o mestiço está. E ele trás em seu corpo as marcas de povos originários, a forma como culturalmente ele foi percebido, por si só já é constrangedor.

Uma nação mestiça que se ilude e veste-se de branquidade, e reconhece somente quando lhe convém. Quando nos propomos a pensar o espaço acadêmico e suas demandas e vícios históricos, mais ainda fica evidente que negros e mestiços podem adentrar, mas que fiquem restrito a alguns cursos, a alguns lugares, a alguns exemplo. Deixemos melhores conclusões para os dados que aqui serão inseridos e que nos mostrarão a percepção de como o espaço acadêmico se porta com os diferentes não brancos.

O NEGRO TRAZIDO DA ÁFRICA: ESTARIA AÍ O LEGADO E A FORÇA DE IDENTIDADE DE UMA NAÇÃO?

É comum como cidadão do nosso tempo, perguntar quem somos e o que nos constitui, enquanto sujeitos de uma sociedade ampla chamada Brasil. Se nunca nos fazemos tais questionamentos, algo está errado, uma vez que somos uma profusão de questões, heranças genéticas, uma confluência de origens desde o berço. Se somos de pele menos branca voltamos nossos olhos para a herança de povos originários que estavam aqui no Brasil e na América antes dos colonizadores. Se somos de pele branca ou mais clara, achamos ser herdeiros de uma herança branca vinda de Portugal. Se somos de pele mais escurecida, olhamos para senzala, para o tráfico negreiro e pensamos nos canaviais e nas plantações de café. Mas, afinal, o que somos? Somos brasileiros, isso em si já deveria bastar.

Mas, nosso desafio aqui é um pouco mais além. É nosso desafio nessa obra, a partir das motivações iniciais, é pensar um pouco do quanto essas culturas estão em nossos pais, em nossas famílias de forma genética e social. Somos um país multicultural e entender um pouco dessa demanda é uma necessidade até para que nos percebamos como sujeitos de uma nação cujos comportamentos de preconceito racial não deviam caber, serem tolerados, aceitos, tratados como algo a ser parte aceitável. Uma nação que se ergue da mão de obra escrava, negra, vinda da África de forma desrespeitosa e desumana, tratados aqui por longo período, como até sujeitos menos humanos que os brancos, devia pensar melhor seus valores nesse século XXI.

Esta nação tem sim uma dívida social para com esse povo, aqueles que com suas próprias vidas, vieram, viram muitos morrerem no caminho, resistiram, subsistiram e forjaram a força multicultural de um povo. Um pouco de povos originários e sua cultura indígena milenares, um pouco

da África que está em nós, somos tudo isso. Mas seria um pouco ou muito de nós? Por ser assim, inicio esse capítulo, dedicando-o aos braços, pernas, mãos, cozinheiras, negras e negros que tornaram nossa nação potente, marcada por um movimento de ser e estar diferente do mundo. Seria aí a nossa herança africana de resiliência, resistência, persistência vontade de viver, o que historicamente nos torna um povo distinto dos demais do mundo?

Se esta é uma verdade não posso afirmar, mas vou buscar trazer aqui um pouco da África que veio até nós nos tumbeiros, nome dado aos navios que traziam carga humana africana para o Brasil. Na busca por entendimento, devido a vasta gama de diversidades que habitam a região do continente africano, vamos buscar uma contextualização do tema. Falamos aqui de uma região em que ainda e desde muito tempo é comum a existência de conflitos e disputas entre os civis. Essas guerras constantes africanas por diversas vezes tiveram como resultado a escravidão de pessoas, sendo este processo comum nas civilizações. Mas como entender a escravidão?

Souza (2003) caracteriza a escravidão como uma forma de exploração que se constitui numa relação na qual um indivíduo é estabelecido como dono e o outro, propriedade. Dessa forma, as pessoas escravizadas, ao serem consideradas meros objetos de seus “senhores”, carecem de qualquer tipo de direito ou cidadania. As punições ou tratamentos, funções assim como todos os aspectos do cotidiano em que pessoas escravizadas foram submetidas, eram resultados da vontade de seus “donos”. Sendo possível também a comercialização, maus-tratos ou até mesmo morte. Souza (2003) ainda complementa sobre o processo de escravidão dizendo que:

A sociedade não protegia o escravo como pessoa, perante a lei. Os escravos não tinham ligações com a rede de parentesco e tinham apenas os direitos concedidos por tolerância. Não existia uma classe social de escravos. Essa visão etnocêntrica, autocentrada, predomina, historicamente, entre todos os povos, até fim do século XV e primeiras décadas do século XVI da nossa era. Esse olhar sobre o outro se fundamenta numa suposta superioridade em relação a esse outro, com critérios estabelecidos culturalmente pelos grupos sociais dominantes, em cada época. O escravo era o outro, o diferente, o inferior, o não-humano, uma simples mercadoria, um bem móvel, por isso deveria

ser subordinado, trocado, comprado ou vendido (Souza, 2003, p. 14).

Dito que a escravização de civis no continente africano ocorria por diferentes motivos, um indivíduo podia ser escravizado como forma de punição por delitos cometidos, por acusações de práticas de feitiçaria ou até mesmo em razão de sua linhagem familiar, caso em que o filho de uma pessoa escravizada era automaticamente submetido à mesma condição. Conhecido como escravidão doméstica, Souza (2003) aponta que esta tipificação de escravização pode ser considerada menos agressiva, pois essas podiam se casar com pessoas livres e que, em alguns casos, os “senhores” consideravam seus escravos membros da família. (Souza, 2003, p. 17). Um modo bem diferente do processo de escravidão do qual o mundo presenciou nos anos seguintes, bem notado na colonização europeia na América.

O ocorrido foi que, devido aos avanços tecnológicos, científicos e bélicos que o continente europeu desenvolveu ao longo dos anos, isso possibilitou a exploração de outros continentes, facilitado pelas navegações, chegando assim até o continente africano. A partir desta chegada às terras africanas, os europeus passaram a colonizar os países lá existentes, com o intuito de extrair minério entre diversos outros recursos naturais que eram de interesse dos povos europeus. Transformando grupos sociais do continente africano em colônias da Europa. Sendo este o início do período de exploração e sofrimento e base do tráfico negro.

Ciência e religião: a legitimação da escravidão eurocêntrica

Alguns fatores que foram utilizados como justificativa para a exploração e tortura dos povos africanos foi o que conhecemos como racismo científico, que se baseava em estudos realizados por europeus que “comprovavam” a inferioridade de pessoas pretas. Eram utilizados dados sem fundamentação científica para tentar comprovar uma possível inferioridade das populações, e por serem estudos produzidos nos países da Europa, logo ganharam visibilidade e influência (Bolsanello, 1996).

Outro fator utilizado para tentar justificar tamanha atrocidade é a religião, mais especificamente a Bíblia, no livro de Gênesis em que é relatada a “Maldição de Cam”, na qual Noé amaldiçoa um de seus filhos e todos seus descendentes. Oliveira (2004) aponta que esta passagem bíblica era

utilizada como justificativa por pessoas que defendiam a escravidão, que alegavam que os povos africanos eram da linhagem de Cam, sendo assim estavam destinados ao sofrimento e à escravidão.

Como forma de compreender a atuação dos escravos enquanto sujeitos sociais ativos, cada vez mais a historiografia norte-americana e caribenha traz a tona o papel desempenhado por eles ao longo da história. O resultado deste processo é o rastreamento de novas fontes, ou de novos enfoques das fontes já conhecidas. Sobre o universo dos escravos adultos, várias leituras e re-leituras foram feitas pelos historiadores para compreenderem o cenário onde desenrolou-se grande parte da vida dos africanos que em massa foram transportados para a América na condição de cativos. Ali, desenvolveram e acordos estratégias e acordos utilizados para sobreviverem em um espaço complexo e dinâmico, que lhe era, a princípio, extremamente desfavorável. Este estudo compartilha da idéia do escravo enquanto sujeito ativo e parte do desafio de entender, reverter e desfazer a maldição de Cam que circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX para justificar o processo de escravidão. A Maldição de Cam, em que Noé, condenou um de seus netos à escravidão, por zombar da sua nudez, procurou explicar de certa forma a escravidão dos africanos. Mas na verdade, justificou o elo entre escravidão e cor da pele. Na África, muitos homens e mulheres capturados como escravos foram vendidos e enviados para as mais diversas partes do continente (Oliveira, 2004, p. 03- 04).

E assim, se inicia a diáspora africana, que se baseia numa saída forçada dos povos para outros continentes. Este movimento era realizado devido ao sequestro africano, transportados para outras localidades através dos denominados Navios Negreiros (Santos, 2008, p. 182). A tortura das pessoas raptadas se iniciava já no transporte, onde as condições eram de insalubridade, fome e desumanidade. Como forma de resistência, mulheres escravizadas grávidas ou com seus filhos preferiam tirar suas vidas para não serem submetidos às barbáries que eram realizadas pelo homem branco. O sequestro tornou-se cada vez mais frequente e com mais vítimas ao longo do tempo na África.

Com isso, o tráfico negreiro passou a ser um comércio, no qual gerava lucro aos grupos negros que sequestraram e mão de obra escrava para a realização de trabalho pesado a quem comprava-os. Totalizados, aproximadamente, em 10 milhões de pessoas, vítimas do período de escravidão é o número saído da África. De lá, o tráfico atlântico produziu efeitos múltiplos e deletérios. No curto prazo, gerou centralização política, sobretudo em reinos africanos que dominaram o fornecimento de cativos para mercadores europeus na costa africana, assim como inevitável fragmentação política.

À medida que poderes locais se fortaleciam, novos grupos se insurgiam contra as lideranças centrais. Ao estimular guerras e a expansão territorial entre reinos rivais, o tráfico gerou um quadro de instabilidade sistêmica nas sociedades africanas. Ao expor os africanos a redes de comércio responsáveis pela introdução de armas, têxteis e álcool, alimentou a escravização por débito. Através de guerras, sequestros ou métodos judiciais, produziu escravização crônica e difusa. Nesse quadro, mudanças importantes se operaram no direito costumeiro africano, alterando a noção do que constituía transgressão e/ou crimes passíveis de escravização, que se ampliou de forma a satisfazer a necessidade de produzir mais e mais cativos para o Atlântico (Gomes; Schwarcz, 2018, p. 51).

Contudo, a convivência forçada nos navios negreiros entre as várias pessoas raptadas, sendo elas originárias de diferentes regiões, deu origem a novas formas culturais, resultadas da fusão e ramificação das práticas já existentes. Este fenômeno é chamado de cultura do Atlântico. De acordo com Gilroy, “as culturas do Atlântico negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento” (Gilroy, 1993, p. 13). O autor também afirma que modo expressa formas únicas de memória e resistência, separando origem e lugar de pertencimento.

Elas carregam uma consciência crítica de um mundo injusto, sendo sustentadas por comunidades mais democráticas do que a lógica racial permite. Além do prazer que oferecem, devem ser entendidas também como formas de crítica política e filosófica à realidade (Gilroy, 1993). Sendo assim, deixa claro que não só as culturas africanas foram espalhadas por todo o mundo devido ao tráfico atlântico, mas também as novas

culturas que surgiram a partir do período de escravidão. Desse modo, o Brasil tornou-se berço de muito do que saiu da África, afinal, estima-se que dos 10 milhões de negros saídos da África, 5,8 milhões vieram para o Brasil no ciclo europeu de escravização (Gilroy, 1993)

Chegados as terras brasileiras, uma cultura que se tornou bastante popular é a Nagô, da população originária da África Ocidental. Conforme Gomes e Schwarcz (2018), os africanos ocidentais vinham de sociedades politicamente e culturalmente diversas, tanto litorâneas quanto interiores. Eram levados por longas rotas até diferentes pontos de embarque. A Alta Guiné, do rio Senegal ao cabo Monte. Inclusive, foi a primeira região com forte presença no tráfico para o Brasil. Sua diversidade cultural se reflete na variedade linguística: no litoral, línguas do Atlântico Ocidental; no interior, línguas mandê (Gomes; Schwarcz, 2018).

Segundo as autoras, em termos estatísticos, os números de africanos ocidentais no Brasil eram estimados em 1,2 milhão de pessoas de todos os gêneros e faixas etárias. Os estudos ainda apontam que, a partir do século XIX, quando o tráfico negreiro passou a ser ilegal no mundo, o Brasil utilizava de meios fraudulentos para dar continuidade ao tráfico atlântico. Além da não emissão de documentos relacionados às pessoas escravizadas, parte delas eram sequestradas para o país oriundas de localidades da África Ocidental, tinham suas origens omitidas, devido à não proibição do tráfico negreiro por todo o continente africano. (Gomes; Schwarcz, 2018). Em relação à distribuição dos africanos ocidentais no país, as autoras afirmam que:

Foi desigual, tanto no tempo como no espaço. Em termos absolutos, a grande maioria concentrou-se na Bahia (75,6%) e, em menor grau, em Pernambuco (11,4%) e no Maranhão (8,2%). Contudo, no início do século xvm, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, boa parte dos desembarcados na Bahia foi deslocada para as minas no interior. O Sudeste do país foi a região que concentrou o menor número deles (4,2%), embora, ao longo do século XIX, uma parte dos que estavam na Bahia tenha sido vendida para as plantações de café do Rio de Janeiro e de São Paulo (Gomes; Schwarcz, 2018, p. 80).

Sabe-se que os povos Nagô ou Iorubás eram bem conhecidos e se tornaram preponderante na região do estado da Bahia no século XVIII, considerados corajosos e perigosos, após liderarem diversas rebeliões escravas, como por exemplo a Revolução dos Malês que ocorreu na cidade de Salvador (BA) no ano de 1835 (Gomes; Schwarcz, 2018). Além de, para as autoras, tirem destaque significativo na constituição da cultura afro-brasileira. Para além do aporte da força de trabalho e conhecimento técnico, o desenvolvimento da economia mineradora e plantação colonial, estes tiveram protagonismo decisivo na formação e institucionalização da cultura aqui estabelecida, sinaliza as autoras. Escravizados e libertos, interagiram a partir de seus saberes e costumes, somados as outras nações africanas, ameríndias, caboclas e ibéricas.

Criativos, deram novas formas de sociabilidade e pertencimento. Assim, para Gomes; Schwarcz (2018), os vários povos participaram e se organizaram nas irmandades católicas, com suas folias e batuques, para que emergissem reisados, maracatus, bumbas meu boi e outras tantas manifestações da cultura popular brasileira. Os “africanos ocidentais”, jejes e nagôs, também forneceram o modelo organizacional nas formas rituais e de sincretismo religioso que resultaram no candomblé baiano, no xangô de Pernambucano e no tambor de mina maranhense. Desse modo,

Eles contribuíram também na culinária regional, com o azeite de dendê, por exemplo, e influenciaram as formas rítmicas da musicalidade nacional. Essa herança cultural, plural e complexa teve ainda desdobramentos na história intelectual do país, centrando debates sobre identidades negras, patrimônio e políticas públicas que atravessam a academia, os movimentos negros e as instituições do Estado. Todavia, dinâmicas transnacionais em volta da cultura yorubá continuam a interligar o Brasil com o continente africano e sua diáspora atlântica (Gomes; Schwarcz 2018, p. 84).

A cultura Nagô tem forte influência no Brasil e se mostra presente em diversos aspectos do nosso cotidiano, como na religião, linguagem, danças, musicalidade, comportamentos, valores e até mesmo a relação do homem com a natureza. Podendo abranger até celebrações culturais que são de origem dos povos iorubás, conforme Portugal (2019), que, dentre as mais variadas contribuições, destacam-se as práticas que permeiam as

artes de maneira geral. O que não se contesta é que o folclore negro de origem iorubá é rico” (Portugal, 2019).

Para Mariangela Castejon (2024) é irrefutável a tese de que o discurso academista referente a Arte negra como a capoeira, o samba, a iconografia, a música, o cinema e a dança, como expressões culturais, são desdobramentos das religiões de matriz africana. Inclusive, constitui alianças entre candomblés e sociedade, que viabilizam leitura e recepção destas práticas como movimento autêntico de resistência negra e, ainda no nosso tempo, funciona como forma de representação afirmativa na cotidianidade social. (Portugal, 2019).

Nesse caminho de entendimento, Segundo Sodré (2017), o candomblé, religião de matriz africana muito popular e conhecida no país, é originária dos povos iorubás. Castejon (2024) salienta que os chamados terreiros de candomblé eram utilizados como locais de resistência, nos quais utilizavam do espaço para cultivar suas crenças e se reconectarem com suas ancestralidades. A autora ainda aponta que os terreiros ou comunidades litúrgicas nagô, representam uma forma de organização social que dá visibilidade e existência simbólica ao que a sociedade dominante tende a ignorar. Para ela, como resultado das interações ali realizadas, dá-se origem a uma nova subjetividade baseada na experiência simbólica, na afetividade, na coletividade e na vivência plena do presente.

Essa cultura criada pelos povos iorubá, segundo Castejon (2024) está presente até mesmo na língua portuguesa. Conforme aponta Sodré (2017), quando usamos os termos Axé, Orixá, ao nos referirmos aos deuses da natureza como Iemanjá, Xangô, entre outras palavras que estão cotidianamente em nosso vocabulário. Conseguimos também notar a influência da cultura iorubá em nosso país, quando nos referimos aos ritmos, instrumentos, musicalidade e dança. Portugal (2019) afirma que:

O aspecto lírico presente na ritmologia nagô pode ser percebido, principalmente, no uso e atribuições rituais do tempo nos candomblés e nas expressões subjetivas dos processos identitários de afrodescendentes e afrossimpatizantes, que, a partir dos usos da música sacra afrobrasileira, articulam a poetização do cotidiano pelo empreendimento de ressignificar a existência através da poesia recitada, cuja lira é o motivo arquetipal e seu som correspondente é a

liberação da subjetividade simbolizada, (re)configurando as relações do(s) eu(s) lírico(s) das comunidades-terreiro com o mundo (p. 110).

De acordo com Castejon (2024), o candomblé contemporâneo assimilou, em maior ou menor medida, elementos de cosmologias e práticas indígenas, do catolicismo popular e do espiritismo europeu. Pela autora, observa-se ainda significativa diversidade entre os diferentes grupos de culto, relacionada tanto à região africana de origem de seus repertórios ritualísticos quanto às modalidades de conexão com outras tradições religiosas.

Amado (1935) reforça que as religiões de Matriz Africana não se restringem ao culto ou ao religioso. Para Castejon (2024), envolve um modo de ser e estar no mundo, permeando saberes, discursos e subjetividades, conformando os sujeitos para além dos limites geográficos ou simbólicos da Bahia. Ela afirma que a religiosidade na cultura africana, ainda pode influenciar a dinâmica escolar e os processos de aprendizagem. Essa relação entre saber, poder e identidade não precisam restringir-se à Bahia ou a Salvador. Para a autora pode, e deve, expandir-se para reflexões mais amplas sobre educação e sua articulação com a herança cultural africana.

Nos dizeres de Oliveira (2003), a ancestralidade transcende a noção individual do eu, constituindo-se como a memória coletiva de um povo, um repertório simbólico construído historicamente. Nessa perspectiva, o “eu” integra uma totalidade mais ampla, compondo uma identidade plural e comunitária. Catejon (2024) vai dizer que é nesse contexto que o candomblé se configura como um espaço acolhedor, que não estabelece distinções baseadas em posição social, raça, condição econômica ou orientação política. Sua estrutura orgânica incorpora a diversidade de forma harmoniosa, promovendo inclusão sem perder sua identidade distintiva. A tradição, portanto, funciona como o tecido que sustenta esses princípios construídos historicamente.

A tradição africana atualizada pelos afrodescendentes é autêntica à medida em que é fiel à sua forma cultural, original à medida em que advém da experiência (ética) coletiva dos africanos tradição cria identidades pois ela é o manancial dos valores civilizatórios e dos princípios éticos (filosóficos) que singularizam a história dos afro-

descendentes. A legitimidade da tradição africana dá-se exatamente por ela não ser uma memória fossilizada no passado, mas uma experiência atualizada no calor das lutas dos afrodescendentes. (Oliveira, 2003, p. 13).

Para Castejon (2024) a aproximação entre o candomblé e o catolicismo teria sido favorecida por práticas semelhantes de retribuição espiritual, como as promessas feitas aos santos católicos e as oferendas dirigidas aos orixás, permitindo que, mesmo sob repressão, africanos adaptassem seus rituais ao universo cristão. No entanto, destaca que essa dinâmica não apagou as diferenças culturais, mas produziu uma justaposição em que as tradições se mantêm reconhecíveis e preservam sua especificidade.

Assim, para Bastides (1961), os folclores indígena, africano e europeu, ainda que convivam no mesmo espaço social, não se confundem, mas coexistem, reproduzindo também as distinções de cor, classe e posição social que marcam a formação histórica do Brasil. Sendo assim, conseguimos analisar que parte das tradições e culturas nas quais, nós, brasileiros seguimos tem como origem costumes dos ancestrais africanos que foram cultuados nas terras brasileiras como forma de resistência durante o período de escravidão. Fazendo com que essa cultura fosse presente no cotidiano de diversos outros indivíduos e famílias.

Veremos que, na realidade, a festa pública não constitui senão pequena parte da vida do candomblé, que a religião africana vai colorir e controlar toda a existência de seus adeptos, que o ritual privado é mais importante do que o cerimonial público e que, na medida em que o negro se sente africano, pertence a um mundo mental diferente. Queremos descrever justamente este mundo das representações coletivas. Não esquecer, porém, que a religião só conseguiu subsistir através das confrarias dos “filhos” e “filhas” de santo (as filhas muitíssimo mais numerosas do que os filhos), e que a função destes filhos e filhas é reencarnar, no desenrolar das grandes festas públicas, os Orixá seus antepassados. (Bastide, 1961, p. 20).

Conforme aponta Portugal (2019), essas expressões identitárias refletem a constante reinvenção de si mesmo como uma estratégia política e cultural para afirmar a própria existência no tempo histórico e no espaço geopolítico. No caso dos nagôs, as apropriações da história e das formas de

representação cultural dão origem à nagocracia e consolidam a nagoidade como formas de afirmação identitária (Portugal, 2019).

No Brasil, afirma Castejon (2024), à semelhança de outros países pós-coloniais, a identidade negra do ponto vista teórico está inscrita no interior de uma estrutura em que o “ser negro” desenha-se um outro sujeito na relação colonial entre os povos e no entrelaçamento das culturas e tradições. Este negro redesenhado, projetado dentro da perspectiva escrava, mesmo no pós-abolição, lhe é negada a sua humanidade e a possibilidade de se reconhecer como homem e sujeito social.

Nesse sentido, os autores Schwarcz e Gomes (2019) coordenaram um trabalho literário que tem como fio condutor dos textos a apresentação de homens e mulheres escravizados que contribuíram de forma decisiva com saberes que influenciaram na formação de um Brasil que ainda não havia sido visto por todos. A história do negro escravizado que é mostrado como protagonista na luta por sua liberdade dissolve a imagem do escravizado heroico e coisificado, com atenção aos detalhes da sociedade em que estava inserido. Ainda, no país da escravidão, não era submetidos apenas aos trabalhos forçados, aqui tinham uma linguagem com graves consequências. Esse modo moldou condutas, criou estruturas de obediência, padrões sério de violência e formas de discriminação intensa. Tanto que,

Se conhecemos a data de início do período que se convencionou chamar de “pós-abolição”, 13 de maio de 1889, não sabemos quando termina. Afinal, até a nossa contemporaneidade, continuamos a praticar no país um racismo estrutural, no sentido de que encontra-se muito “estruturada” nas várias áreas da sociedade brasileira: social, cultural, econômica, educacional, na saúde, na segurança. O Brasil é um país muito desigual; o quinto mais desigual do mundo. Esse local no concerto das nações só pode ser explicado pela vigência e perpetuação da linguagem da escravidão. Muito foi feito, mas muito mais há por se fazer. (Schwarcz e Gomes, 2019, p. 4).

Para Castejon (2024), mesmo após mais de 130 anos de abolição da escravidão, os negros continuam sistematicamente excluídos como o trabalho aqui apresentado sobre invisibilidade negra na universidade pública sinaliza. Isso porque ocupam um lugar social de subordinação, desigualdade e de cidadania incompleta. As mudanças trazidas pela inclu-

são de políticas públicas que garantam os direitos de equidade e justiça, incluindo as cotas para universitários negros ainda caminham para se resgatar a desigualdade histórica e da pós-emancipação. O racismo estrutural e institucional se manifesta “como uma linguagem perversa na educação, na saúde, no lazer, no transporte, nas taxas de natalidade e mortalidade”, expõe Schwarcz (2019, p. 1).

“Verdades” históricas e a universidade pública brasileira

Iniciamos esta parte do texto fazendo o seguinte questionamento: o negro que foi mão de obra escrava e ergueu um país com a força de seus braços e de sua gente continua cerceado na sociedade e nas universidades em pleno século XXI? Buscando responder ou estruturar uma resposta a tal e tamanho questionamento, esta parte da obra abraça um pouco da história do Brasil em tempos de reconfiguração de seus grandes centros, assim os desmandos históricos ocorridos com as populações negras aqui já existentes. Nessa tessitura, vem de Castejon (2024) no continuar com a contribuição dessa escrita, agora poética e que tanto nos inspira.

Reforçada em Fischer (2021), é nos levantamentos de Castejon (2024) encontramos um lado belo para falar da cultura preta no nosso Brasil, tanto na literatura quanto nas marcas culturais mais amplas de nossa nação e na influência africana no ser brasileiro. A autora afirma que, com o fim da escravidão no Brasil, consolidaram-se novas classes sociais e se iniciou uma disputa por espaço evidenciada através da reconfiguração das cidades. Entre os principais conflitos, destacaram-se a ocupação de áreas periféricas por populações mais pobres, em contraposição aos esforços das elites, que já se encontravam estabelecidas ou em processo de organização, com o intuito de controlar e preservar determinados territórios.

A história urbana no Brasil é a história da escravidão e do pós-abolição. Ao se estudar uma entende-se a outra. As grandes cidades foram repensadas e fundamentalmente organizadas enquanto espaços e territórios africanizados, crioulistados a partir de formas de pensamento e coerção de senhores, poder público, higienistas e depois arquitetonicos, esvaziando-a de negros (Gomes, 2019). Conforme indica Gondra (2008), os novos desenhos urbanos eram sustentados por uma relação de interdependência entre duas populações. De um lado, estão as elites, que se beneficiam de

uma mão de obra comparada à condição de “quase escrava” para manter seu estilo de vida e suas dinâmicas domésticas e sociais.

Do outro estão os membros da classe trabalhadora, majoritariamente formados por negros, pardos, mulatos, afrodescendentes e imigrantes, que dependiam desse trabalho para garantir sua própria subsistência. Esse grupo sustentava as elites, realizando desde serviços internos às residências até pequenos trabalhos urbanos e atividades informais. Sendo assim, estas duas classes eram dependentes uma da outra, perpetuando a estrutura social vigente. Mas onde isso se estruturou? Sabe-se que no período escravo, grandes senhores, tinham grupos de negros a produzir, cozinhar, vender seus produtos, dar o lucro ao seu senhor e com a outra parte comprar novamente os utensílios a se fazer novo produto a venda, em geral comidas e quitandas.

Para além desse arranjo escravo, libertos, o contexto histórico e de vida do negro era marcado por questões urgentes de saúde pública, assim como afirma Schwarcz (2005). Diversas epidemias, como cólera, febre amarela e varíola, ganhavam força. Ao mesmo tempo, a Guerra do Paraguai fez com que doentes e mutilados retornassem em grande número, exigindo uma atuação imediata e em massa de cirurgões. O crescimento desordenado das cidades contribuía para o aumento da criminalidade, dos casos de alienação mental e da embriaguez (Schwarcz, 2005, p. 146).

Contudo, Castejon (2024) aponta que, devido a esse desenho urbano no qual as cidades passaram a se organizar, as pessoas pertencentes à classe trabalhadora eram obrigadas a residir nos chamados cortiços. Eram habitações coletivas e insalubres, antigos casarões anteriormente residências das elites, porém em condições miseráveis e, por isso, palco de inúmeras epidemias, como a febre amarela. o grande número de famílias em tais espaços, em torno de 50% da população na corte carioca e baiana. Nesse momento, capital do país, no período entre 1850-1870 era marcada por todo esse desmando de saúde pública (Castejon, 2024).

Entretanto, o período eugenista, momento no qual a população se encontrava sob constantes discursos voltados para higiene e saúde, tinha como objetivo eliminar os elementos que, segundo os membros da burguesia, eram sujos, doentes ou “prejudicavam” a estética das cidades. Entre esses elementos estavam os pobres, os negros e mestiços. Com isso,

em 1893, passou a ser proibida a construção de novos cortiços, afirma Magalhães (1999). Como resultado, o surgimento de favelas, como opção encontrada para se residir nos centros e bairros considerados das classes elitizadas. Sem os cortiços, locais nos quais a moradia era barata e apresentavam condições péssimas para habitação, afirma Castejon (2024).

Com base nas reflexões de Gondra (2008), é possível aprofundar a compreensão sobre essa dinâmica social no Brasil. O contexto era que as cidades da época careciam de infraestrutura fundamental, incluindo abastecimento de água, sistemas de esgoto e coleta de lixo, além de não oferecerem qualquer tipo de assistência médica ou sanitária para a população. Nesse cenário, iniciou-se um processo de expulsão das camadas populares das áreas centrais, marcado pelo desaparecimento gradual dos cortiços, dando origem a uma nova configuração socioespacial. Esse período representou um momento decisivo de exclusão social, que impulsionou a formação e organização incipiente das favelas, afastando progressivamente os pobres das regiões valorizadas e das elites, mas ainda perto o suficiente para serem a mão de obra barata para os afazeres que a elite não o faz.

Pode-se entender, com base nas considerações feitas sobre a urbanização em um contexto nacional, que isso explica a formação das favelas, a força das comunidades que se ergueram nesses espaços, a forma como se entrelaçaram, criaram vínculos e condições de subsistência e, com certeza, puderam também vivenciar seus cultos, suas religiosidades, sua cultura, mesmo que as condições fossem muito precárias (Castejon, 2024, p. 58).

Uma questão difícil de entender na atualidade era a narrativa da soberania do homem branco. Bolsanello (1996) vai nos narrar diferentes questões do tema. O autor descreve que o Senhor Raimundo Nina Rodrigues afirmava que pessoas pretas, pardas e indígenas não deveriam ter os mesmos direitos civis que os brancos, pois apresentavam um desequilíbrio mental e não desenvolvimento de suas capacidades intelectuais. Defendia também a imigração europeia como forma de promover a extinção das “raças inferiores” nas terras brasileiras.

Outro nome importante da história brasileira citado por Bolsanello (1996) é Silvio Romero. Este se posicionava contra a miscigenação, alegando que dela surgiria uma “sub-raça”. Portanto, naquele contexto

caracterizava os povos negros e descendentes de povos originários como selvagens, indolentes e atrasados, defendendo ainda que sua função social seria a escravidão. Outro nome citado pelo autor é Gilberto Freyre, que reforçava a inferiorização dos povos indígenas em relação aos africanos. Considerava os indígenas como “maus elementos” e afirmava que os negros que se relacionassem com eles contribuiriam para elevar a cultura dos povos originários.

Por fim, ainda é citado José Bento Monteiro Lobato que manifestava, em suas obras, um racismo velado e criava personagens não brancos e caracterizava-os como parasitas e preguiçosos. Além de que diversos aspectos como doenças, alcoolismo, crimes e más condutas eram sempre atrelados a pessoas não brancas (Bolsanello, 1996). A partir dessa discussão, surgem questionamentos importantes: como a população negra se adequou a essa realidade, presente há tantos anos? As pessoas negras em nossa sociedade vivem ou apenas sobrevivem? De acordo com os dados coletados na pesquisa aqui apresentada, foi possível identificar diversas dificuldades enfrentadas por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, que vão desde atos racistas explícitos até formas de exclusão e limitação de acesso, muitas vezes veladas.

Construir um contexto histórico da caminhada negra desde a África até o Brasil, fazendo o mesmo em relação aos povos originários vindo do pacífico e descendo pelos andes, até a ocupação de todo o território brasileiro. Juntando dados de arqueologia, genética, em um trabalho não muito comum, é uma experiência enriquecedora que queremos dar e narrar aos nossos leitores. E nosso objetivo tem uma especificidade bem definida. O intuito é, após mostrar que povo é esse que compõe nossa nação, demonstrar que mesmo com todo o percurso feito, constituído por marcas culturais tão rica e diversa, persiste em nossa nação, algo e em espaço inaceitável.

Sim, um racismo para com aqueles que historicamente foram colocados nesse lugar e que as universidades públicas ainda não percebem que um de seus maiores desafios é romper com um ciclo vicioso e perverso. Falamos de negros e mestiços e a forma como, no nosso tempo, ainda são vistos como não cidadão de direito pleno. São cidadãos no papel, mas não o são nos espaços que poderiam auxiliá-los no melhor contribuir para a

cidadania de uma nação. Este é o fio condutor do que segue nessa obra. Mas porque isso persiste em um espaço que deveria assumir a luta contra isso?

Porque trata-se de algo estrutural, está nas pessoas, nos seus gestos que não se desafiaram, não repensaram ou se perceberam nesse lugar. Hall (2006) vai subsidiar esse entendimento ao se referir as identidades fixas de outrora, presas em valores que pouco se alteraram. Procedem de lugares e nichos sociais cujo fundamento foi repassado assim. Bolsanello (1996) vai discutir isso localizando tais atos como de racismo estrutural. Mas e a universidade? Até por privilégios históricos, são brancos e estão no lugar correto, com seus traços de identidade, de personalidade de valores sociais, de cultura legitimados, como Bourdieu (2007) contribui nessa leitura ao falar de capitais legitimados. O local lhes é familiar. Onde se constituíram pessoas, perpetuando esses valores como ocorre em inúmeras outras questões em nossas vidas e condutas.

O estranho nesses espaços são os negros, os mestiços, os pobres, as pessoas que não trazem os valores culturais legitimados. Não se vestem com as marcas, os modos, os traços de um grupo que tem e sempre pode desfrutar de privilégios. Que desde muito cedo, aprendeu o que são os valores que mantem o lugar de classe e uma falsa superioridade sobre os demais. As vezes somente mantem os níveis e lugares. Mas como essas pessoas e essas condutas subsistem em um mundo que grita por visibilidades das minorias e subalternizados? Elas simplesmente vestem-se de uma capa de tolerância e aceitabilidade. Simples assim.

RACISMO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE NOSSO TEMPO?

Minha mãe deixava claro que eu era pobre, que as inúmeras vizinhas negras também o eram, por isso precisávamos nos querer bem, num sistema de ajudar sempre o outro, e que estudar seria o caminho para mudar de vida. Assim, o preconceito racial nunca me foi colocado como algo ou marca pelo convívio solidário e rodeado de pardos e negros. Nunca nem ficou claro se eu era um ou outro. Mas, já doutor, professor de IES Federal, percebo que o racismo velado me deixou marcas profundas de tristeza e desencantamento no convívio com esses muitos acadêmicos. Nesse momento entendo que nenhuma outra razão explica a forma de tentativa de apagamento a que se pode ser submetido. Eram colegas de departamento, de curso, de formação. Perceber isso já adulto e no espaço acadêmico me deixou uma sensação de desencantamento com a fachada de luta antirracista do discurso acadêmico e a forma como ele é exercido por uns, diante do silêncio de muitos (Participante 08).

De início, a análise do relato, referenciado nos diferentes autores que sustentam essa escrita permite compreender a universidade de um ângulo que nos parece irreal e sem precedentes e nos darão base a uma análise mais ampla nas páginas que seguem. Sim, nela persiste o epistemicídio descrito por Carneiro (2005), em que ao mesmo tempo em que se apresenta como espaço de inclusão, pode reproduzir os aspectos da exclusão racial e social. O silêncio de muitos diante dessas práticas demonstra a permanência de estruturas de hierarquias descritas por Bourdieu, (2007), nas quais o homem branco sempre estará no topo, garantindo a centralidade da branquitude, ao passo em que marginaliza os sujeitos negros e mestiços, ainda que tenham rompido com o passado de alienação e já ocupem posições de destaque acadêmico. Com esses ditos brancos legitimados, mestiços e pretos sempre serão inferiorizados (Bolsanello, 1996). Nesse sentido, Carneiro,

(2023) vai sustentar afirmações de que o ambiente universitário torna-se mais um cenário em que a normalização dessas atitudes contribui para a manutenção e o fortalecimento da discriminação racial.

Hall (2006) vai dizer de que a homogeneidade racial desejada não condiz com a realidade e o espaço acadêmico é um bom exemplo disso. Discussões de Coggiola (2015) permitem entender a força do meio enquanto se constrói uma identidade, repercutindo na conduta pela vida, mesmo que maquiada. Foucault (2011) vai dizer de discurso que moldam condutas ossos e músculos. Mas, Walsh (2019) possibilita compreender que é necessário reconhecer as experiências históricas de subordinação perpetuadas pela colonialidade para então viabilizar a criação de novas políticas de subjetividade capazes de modificar a realidade resultante da colonialidade.

Desse modo, para adentrar a análise sobre a experiência de pessoas negras e ou mestiças no contexto universitário, foram realizadas entrevistas com participantes vinculados a instituições de ensino superior, com o recorte inicial já inserido. O objetivo foi compreender como se manifestam a percepção sobre inclusão, exclusão e valorização cultural e acadêmica. As entrevistas captaram narrativas que revelam experiências de discriminação e formas sutis de racismo velado, incluindo a diferença de reconhecimento entre estudantes brancos e negros, professores brancos e negros ou mesmo pardos. bem como o impacto disso na trajetória acadêmica e social deles. Também, foram exploradas estratégias coletivas de resistência, permanência e construção de redes de apoio no ambiente universitário.

Essas entrevistas se apresentam como elementos centrais para compreender as manifestações da racialização, evidenciando a luta diária e a resistência no contexto acadêmico, contribuindo para o diálogo e a reflexão acerca da inclusão e exclusão de pessoas negras no ensino superior no nosso tempo e espaços acadêmicos de IES federais. Nesse sentido, o recorte que segue já nos leva a um contexto real de sala de aula universitária narrada por uma participante. No recorte se descreve,

Meus colegas, diante das atitudes veladas dos professores, nunca se queixaram, pois eram tidas como normais. Mas, na fala com outros pretos que estão ou passaram pela uni-

versidade, sempre me passaram a mesma visão de que, ao ser negro na universidade, estamos em desvantagem e, com isso, deveríamos recorrer uns aos outros para alcançar algo, pois a universidade vai sempre enaltecer os brancos que tiveram acesso ao melhor tipo de ensino. A não valorização do assunto na formação foi gritante. Lembro de uma situação em que um aluno preto perguntou a uma professora como era a realidade dos negros no contexto histórico no qual ela estava trabalhando com a turma. Ela não soube responder (Participante 04).

O relato evidencia como o racismo velado está presente no cotidiano universitário. A ausência de queixas diante dessas atitudes indica a naturalização da desigualdade, em que situações discriminatórias passam a ser vistas como parte do cotidiano acadêmico. Esse silenciamento reflete novamente o que Carneiro (2005) chamou de epistemicídio, que se baseia na desvalorização e invisibilização sistemática dos saberes e experiências negros ou pardas no espaço de produção de conhecimento.

O autor sinaliza que, para além da anulação e desqualificação de conhecimento entre subjugados, o epistemicídio envolve processo persistente de produção da indigência cultural. Seria um termo empregado, inclusive a negação de acesso à educação, principalmente a de qualidade. Promovendo a inferiorização intelectual, a partir de diferentes mecanismos de deslegitimação do preto, o mesmo ocorrendo com o mestiço. Para o autor, não é diferente com aqueles que conseguem ser portador e produtor de conhecimento, mas são e ficam deslegitimados, pelo rebaixamento da sua suposta capacidade cognitiva. Seria uma carência material ou mesmo o comprometimento da sua autoestima, envolvendo processos de discriminação correntes no processo educativo. Mas como isso ocorre?

Isto acontece porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-se a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela

assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta (Carneiro, 2023, p. 83).

O que reflete na necessidade de aproximação e apoio entre estudantes negros e existência de redes de resistência surgidas em resposta à exclusão que, se abraçada por professores e pesquisadores negros ou mestiço, a força torna-se maior. Tornam-se resultantes da priorização e legitimação das subjetividades das quais os alunos brancos oriundos de contextos educacionais privilegiados possuem, mas o movimento de legitimação ganha espaço. Mesmo assim, isso deixa evidente que a universidade reafirma seu caráter seletivo e excludente, funcionando como mecanismo de reprodução das desigualdades raciais. O relato que contava a falta de conhecimento da professora acerca da realidade dos negros em determinado contexto histórico evidencia a desigualdade institucional de reconhecimento do negro.

Esse trecho não aborda apenas a invisibilidade da questão racial na formação universitária, mas também sugere a importância de valorizar a contribuição histórica, cultural e social da população negra para a sociedade brasileira. Os recortes aqui inseridos e a pesquisa feita demonstram duas dimensões críticas: a naturalização de atitudes discriminatórias veladas e a percepção de que a universidade tende a privilegiar estudantes brancos com maior acesso a recursos educacionais. Kilomba (2019) afirma que, devido ao colonialismo, as pessoas negras e mesmo os mestiços e povos originários, tiveram que se recriar em uma nova cultura, adquirindo assim sua identidade. Seria essa nova identidade marcada pela resistência e luta contínua? Que saibamos: a normalização da exclusão contribui para que determinados espaços permaneçam inacessíveis ou desvalorizados para sujeitos negros e mestiços. Nesse outro fragmento, temos:

Reconheço que nunca sofri nenhuma situação explícita, mas é visível a forma como as pessoas brancas e com acesso a uma “boa” educação sempre são enaltecidas, enquanto, por mais que eu me esforce, nunca recebo o mesmo reconhecimento dos professores. Mesmo que indiretamente, sempre há, nas atitudes mínimas, essa intencionalidade, e eu sempre percebi. Como enaltecer sempre a mesma parcela de alunos brancos e de classe média. Além disso, no meu curso de graduação,

em específico, não existe nenhuma disciplina que trate sobre questões raciais e nos permita debater e discutir isso de forma concisa (Participante 02).

A percepção de que alunos brancos que acessaram contextos educacionais privilegiados são enaltecidos, enquanto o esforço de estudantes negros não recebe o mesmo reconhecimento, mostra que a desigualdade não depende de atos explícitos de preconceito. A ausência de disciplinas que abordem as questões raciais, em cursos voltados para a sociedade, pode indicar o racismo institucional. A universidade, ao não proporcionar espaços de reflexão e análise crítica sobre raça, contribui para a perpetuação de uma visão limitada e preconceituosa da história e da comunidade negra.

A narrativa também evidencia a luta coletiva entre pessoas negras no ambiente acadêmico, possivelmente como estratégia de permanência e resistência. Hall (2006, p. 12) permite argumentar que as subjetividades negras e de povos originários devem ser compreendidas a partir dos lugares sociais e culturais que ocupam, e que, ao se organizarem politicamente, podem estabelecer direitos e políticas culturais que contestam a ideia de sociedades racial e culturalmente homogêneas.

Bourdieu: qual é o capital validado na universidade pública?

Vivemos em uma sociedade estruturada pelo sistema capitalista, que se sustenta por meio da opressão e exploração, gerando pobreza e beneficiando apenas uma pequena parcela da população, a burguesia, permite salientar Bourdieu (2007). Esse modelo de sistema estabelece uma divisão de classes na qual os sujeitos sociais são divididos entre pertencentes à elite ou à classe trabalhadora. Uma classe dominante composta por aqueles que detêm o capital, ou seja, os donos dos meios de produção, os que exploram a força de trabalho alheia, como preconiza os fundamentos do capitalismo bem descrita no marxismo.

Já a classe dominada vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração a qual representa apenas uma pequena porcentagem referente ao que foi produzido, resultando no acúmulo de riqueza nas mãos da burguesia. As consequências desse sistema são visíveis em nosso cotidiano, pois os impactos sociais e econômicos que ele gera são vivenciados

diariamente pela população, como a desigualdade, que se evidencia na sociedade capitalista. Bock e Gonçalves (2024) apontam que o capitalismo gera as relações de dominação e exploração da mão de obra pelo capital, sendo o pilar principal no qual ele se sustenta.

As autoras afirmam que “trata-se, ainda, da compreensão desse processo de exploração como tendo características e dinâmicas que resultam em produção e acúmulo de riqueza e, ao mesmo tempo e nesse movimento, em produção de pobreza e miséria” (Bock; Gonçalves, 2024, p. 25). Estes aspectos presentes na sociedade vão além do âmbito econômico, adentram a vida da população no acesso à saúde, educação, segurança, lazer, entre outros. Isso resulta no cenário no qual apenas a elite tem acesso a seus direitos básicos e de forma eficaz, pois faz com que apenas os interesses da classe dominante sejam atendidos.

Em relação ao segundo aspecto, a questão dos direitos sociais, podemos analisar como, historicamente, a igualdade torna-se um valor que termina por justificar a desigualdade e como, nesse movimento, encontra-se com a luta por direitos. Como valor inovador defendido nas revoluções burguesas, a igualdade foi se definindo de maneira formal e abstrata. Contudo, enquanto indicava possibilidade de universalização de conquistas sociais, o princípio da igualdade cumpriu o papel ideológico de expressão dos interesses burgueses (Bock; Gonçalves, 2024, p. 29).

Nessa linha de entendimento, vale reforçar que, embora essa seja uma discussão no campo dos estudos pós estruturalistas, pensar a sociedade maior, a partir dos olhos do capitalismo e das descrições dada pelo marxismo são fundamentais. Até para melhor perceber o que Pierre Bourdieu vai descrever como o capital e sua forma de organização e manutenção no social, determinando lugares e classes, assim como sua manutenção nos privilégios e legitimação e não legitimação dos grupos.

Nesse caminho, Setton (2002) faz uma discussão acerca das subjetividades dos indivíduos e afirma que como seres subjetivos, apresentamos características individuais que variam de acordo com as nossas vivências. Essas subjetividades são resultados de diversos fatores, como local de nasci-

mento, situação econômica, nível de escolaridade, interações sociais, entre outros. Esse conjunto de disposições socialmente adquiridas, que orientam o comportamento e a percepção do sujeito na sociedade, é denominado por Bourdieu como *habitus*.

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Habitus é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (Setton, 2002, p. 63).

O estudo sobre o surgimento do *habitus* permite compreender como a individualidade de cada sujeito é construída a partir de diferentes espaços sociais, os quais moldam a personalidade e a constituição do “eu”. Lahire (1995) observa que as crianças não reproduzem de maneira automática os comportamentos e condutas de seus familiares, mas os adaptam conforme suas relações de interdependência, constituindo assim perfis singulares. Como indivíduos, tendemos a influenciar e moldar o comportamento, a personalidade, o caráter e os traços das crianças, sendo tais aspectos resultantes de processos de socialização e de interações que os ajustam ou transformam.

Nesse contexto, ao abordar o *habitus* e a subjetividade de cada sujeito, torna-se indispensável considerar o conceito de capital cultural, já que os valores, referências e elementos culturais presentes no ambiente familiar podem determinar processos de legitimação ou de inferiorização dos indivíduos. Para Silva (1995), o capital cultural constitui uma forma de caracterizar subculturas de classe ou segmentos sociais, funcionando como uma descrição da cultura à qual o indivíduo tem acesso, incluindo estilos, valores, disposições psicológicas, entre outros aspectos. Como pontuam Bourdieu e Passeron (1992):

Numa formação social determinada, o êxito diferencial da AP dominante segundo os grupos ou as classes é função (1) dos ethos pedagógico próprio a um grupo ou a uma classe, isto é, do sistema das disposições relativamente a essa AP e da instância que a exerce como produto da interiorização (a) do valor que a AP dominante confere por suas sanções aos produtos das diferentes AP familiares e (b) do valor que, por suas sanções objetivas, os diferentes mercados sociais conferem aos produtos da AP dominante segundo o grupo ou a classe de onde eles são provenientes; e (2) do capital cultural, isto é, dos bens culturais que são transmitidos pelas diferentes AP familiares e cujo valor enquanto capital cultural é função da distância entre o arbitrário cultural imposto pela AP dominante e o arbitrário cultural inculcado pela AP familiar nos diferentes grupos ou classes (p. 43).

Conforme destaca em sua obra, Bourdieu (2007), para além do capital cultural, são apresentados os conceitos de outros capitais que se fazem importantes, tanto quanto o capital cultural na vida de um indivíduo. Sendo eles o capital econômico, que se refere ao poder aquisitivo que o sujeito possui. Trata-se também da porta de entrada para todos os outros capitais que o autor discute. O capital social, que se caracteriza como a rede de relações do indivíduo, podendo significar acesso ou aceitação. Também, pode ser utilizado como moeda de troca, conforme aponta Bourdieu (2007). O autor afirma que “capital social: capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer ‘apoios’ úteis; assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta sociedade” (Bourdieu, 2007, p. 112). E, por fim, o capital simbólico que seria a influência, importância e legitimidade daquele indivíduo para a sociedade, sendo ele constituído a partir do conjunto dos capitais anteriores. O autor ainda aponta que,

A dialética das condições e dos habitus é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva (Bourdieu, 2007, p. 164).

Isso deixa claro que a subjetividade do indivíduo, ou seja, o *habitus*, pode ou não ser legitimada a partir da junção dos capitais anteriormente citados. Silva (1995) aponta que “o capital cultural é mais do que uma subcultura de classe. É tido como um recurso de poder que equivale e se destaca – no duplo sentido de se separar e de ter uma relevância especial – de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos” (p. 24). Isso evidencia que as desigualdades sociais vão além das questões monetárias e se tornam perceptíveis ao analisarmos o sistema educacional existente em nosso país.

Assim, a presença das desigualdades se manifesta de diferentes formas, seja pela falta de capital econômico, seja pela dificuldade de acesso a determinados espaços, como os ambientes educacionais e os acadêmicos, foco dessa discussão. Enquanto a classe dominante tem acesso à educação de maior qualidade, os pertencentes à classe trabalhadora não dispõem dos mesmos recursos e se tentam, cria-se mecanismos de não os deixar legitimar-se. De acordo com Bourdieu e Passeron (1992), esses espaços defendem os interesses da elite burguesa, reproduzem os aspectos culturais da classe dominante e reforçam a violência simbólica sofrida por aqueles que não pertencem a essa classe, desvalorizando suas culturas e, consequentemente, suas subjetividades. Ou seja, escolas e espaços educacionais como a universidade, reproduzem as desigualdades sociais criadas pelo sistema capitalista e utilizam esses ambientes como instrumentos de repressão da classe subalterna.

A AP é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação) (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 21).

Contudo, podemos perceber como o capitalismo afeta o acesso à educação e os processos de escolarização vivenciados por negros e mestiços. Isso resulta na construção de espaços destinados tanto à classe dominante quanto à classe subalterna, mas na prática não se efetivam. Desse modo, a

educação de qualidade transforma-se em um bem de consumo, acessível apenas à elite burguesa, capaz de custear escolas que oferecem o mais alto padrão educacional na base e as universidades federais na profissionalização final. Como apontam Nogueira, Cláudio e Nogueira, Maria (2002):

O capital econômico e o social funcionariam, na verdade, na maior parte das vezes, apenas como meios auxiliares na acumulação do capital cultural. No caso do capital econômico, por exemplo, permitindo o acesso a determinados estabelecimentos de ensino e a certos bens culturais mais caros, como as viagens de estudo. O benefício escolar extraído dessas oportunidades depende sempre, no entanto, do capital cultural previamente possuído (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002, p. 22).

Os autores discutem o papel do capital cultural nos espaços educacionais e nos permitem perceber como isso ocorre nas IES federais. Fala dos impactos que ele exerce na vida dos alunos inseridos nesses contextos. Eles afirmam que os estudantes que possuíam capital cultural apresentavam melhor desempenho e absorção dos conteúdos, porque os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças e adolescentes, facilitariam o aprendizado escolar e acadêmico, na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar” (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002).

Além disso, exige-se dos alunos um determinado padrão de comportamento, fala e desempenho escolar e acadêmico, seguindo as normas da “boa educação”, elementos que só podem ser cumpridos por aqueles já familiarizados com tais padrões e valores (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002). Ainda, entre as Ações Pedagógicas citadas por Bourdieu e Passeron (1992), estão também as avaliações comuns nos processos de escolarização. Os autores destacam que essas avaliações não servem apenas para mensurar o aprendizado, mas constituem um mecanismo de reprodução das desigualdades impostas pelo capitalismo. Isso explica por que estudantes tão distantes se deslocam para uma universidade como a estudada aqui. Assim como os adolescentes locais não conseguem ocupar esses espaços. A questão é que para esses espaços, os alunos precisam atingir um desem-

penho mínimo para serem aceitos, tornando as avaliações ferramentas de opressão e julgamento cultural.

Ao mesmo tempo, no entanto, nega-se que essas habilidades sejam frutos da socialização familiar diferenciada vivida pelos alunos e supõe-se que elas são indicadores de inteligência e talento natural. Em poucas palavras, a cultura dominante ou, mais especificamente, o modo dominante de lidar com a cultura é valorizado pela escola, usado como critério de avaliação e hierarquização dos alunos e, ao mesmo tempo, negado, dissimulado. Os alunos oficialmente estariam sendo julgados, exclusivamente, por suas habilidades naturais (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002, p. 32).

Contudo, podemos considerar que, a partir da reprodução das desigualdades sociais nos ambientes educacionais acadêmicos, fica claro que nem todos terão sucesso por meio dos estudos. Isso significa que nem todas as classes sociais investem nos estudos com a mesma intensidade, sendo a natureza desse investimento determinada pela probabilidade de ascensão social do sujeito. O fragmento “*estudar seria o caminho para mudar de vida*” fala por si só. Ao mesmo tempo, observa-se que os donos do capital não precisam realizar grandes investimentos na educação, pois sua ascensão econômica já está garantida pela posição social, diferentemente dos membros da classe trabalhadora, que “devem sua posição social, quase que exclusivamente, à certificação escolar” (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002, p. 23).

Ademais, os autores afirmam que “os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito” (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002, p. 23). Por fim, podemos questionar se os oriundos do Vale do Tijucu conseguem ingressar na Universidade Federal, considerando que a instituição, assim como outros espaços educacionais, reproduz desigualdades impostas pelo sistema capitalista.

Esse fator contribui para o afastamento desses sujeitos desses espaços, pois suas subjetividades não são valorizadas, fazendo com que não se sintam aptos a ocupá-los. E sim, a universidade, a sociedade historicamente se mantem nesse lugar e mantendo essas condições de subalternia. Mas, porque isso ocorre e persiste? Como melhor entender tal demanda? Pensamos que Hanna Arendt poderá nos auxiliar nessa percepção e acomodação.

ENTRE O BEM E O MAL: A UNIVERSIDADE OMISSA E A SOCIEDADE SUBALTERNIZADA, AMBOS TÊM SUAS VERDADES?

Foi para o cadafalso com grande dignidade. Pediu uma garrafa de vinho tinto e bebeu metade dela. Recusou a ajuda do ministro protestante, reverendo William Hull, que se ofereceu para ler a Bíblia com ele: tinha apenas mais duas horas para viver, e, portanto, nenhum “tempo a perder”. Ele transpôs os quarenta metros que separavam sua cela da câmara de execução andando calmo e ereto, com as mãos amarradas nas costas. Quando os guardas amarraram seus tornozelos e Joelhos, pediu que afrouxassem as cordas para que pudesse ficar de pé. “Não preciso disso”, declarou quando lhe ofereceram o capuz preto. Estava perfeitamente controlado. Não, mais do que isso: estava completamente ele mesmo. Nada poderia demonstrá-lo mais convincentemente do que a grotesca tolice de suas últimas palavras. Começou dizendo enfaticamente que era um Gottgläubiger, expressando assim da maneira comum dos nazistas que não era cristão e não acreditava na vida depois da morte. E continuou: “Dentro de pouco tempo, senhores, iremos encontrar-nos de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. Não as esquecerei”. Diante da morte, encontrou o clichê usado na oratória fúnebre. No cadafalso, sua memória lhe aplicou um último golpe: ele estava “animado”, esqueceu-se que aquele era seu próprio funeral (Arendt, 1999, p. 152).

O trecho acima assume o lugar de epígrafe por se constituir como um texto provocador, instigando reflexões sobre a influência que o discurso e o poder exercem sobre nossas decisões, nos ajudando a melhor perceber a sociedade marginalizada e a universidade omissa. O recorte nos conduz à discussão sobre a banalidade do mal e a forma como a naturalização de práticas nocivas impactam os sujeitos em nossa sociedade, família, ambientes de trabalho. Assim, o texto se propõe, desde o início, ao desafio

de significar, a partir dos conceitos de relações de poder discutidas em Foucault (2007), como podemos compreender o controle social, conforme o autor descreve.

O foco está na questão de que, à medida que convivemos e nos ajustamos ao lidar com o incorreto, o inaceitável e o prejudicial ao outro. São discursos que moldam nossas condutas e ajustam-nos a ele como naturalizados, fazendo-nos assumir como nossos determinados lugares e posturas pela forma como está acomodado nos demais do grupo social. Trata-se de um processo de naturalização em nós mesmos, um ajuste que compõe nosso comportamento, conceito denominado por Foucault (1982) como disciplinamento dos corpos e produção de corpos dóceis, decorrente da subjetivação do indivíduo, do contexto, da sociedade em que se está.

Ao tomarmos como referência Hannah Arendt (1999) e um de seus clássicos temas, a banalização do mal, conseguimos identificar movimentos sociais que se conectam aos mecanismos sociais descritos por Michel Foucault (1982). Nosso desafio, aqui, é ímpar, centrado nos processos de subalternização social e na forma como discursos e mecanismos de produção da verdade mantêm fora do espaço acadêmico uma massa de jovens de determinada região, mesmo tratando-se de serviço público gratuito e de uma possibilidade de ressignificação social nos campos cultural e econômico. Seria por serem negros e mestiços?

Assim, reforçando, a pergunta que norteia esta escrita é: por que os jovens do Vale do Tijucu permanecem fora da Universidade Pública Federal localizada no município, deixando, a cada processo anual de seleção, um número significativo de vagas ociosas? Pressupomos que isso pode ocorrer pelos complexos processos de articulação e ação de eficientes discursos que se tornam naturalizados e assimilados, como afirmamos anteriormente. Essa é uma hipótese. Mas como a naturalização ocorre? Foucault (2007) vai nos dizer que trata-se de um processo de discurso de verdade que vai se tornando comum, historicamente, até que as pessoas perdem de vista e noção de sua procedência, tomando-as como verdades suas desde sempre.

Tendo como referência tais movimentos de discurso de verdade, falamos de um processo que é denominado de dispositivos de poder. Partimos do fundamento de que, na sociedade, é comum nos colocarmos num lugar de inaptos diante de diferentes questões que caberiam na vida

de outros sem grandes complexidades, mas que, pelo processo de docilização, efetivo nas relações de poder, acabamos pressupondo que somos capazes (Foucault, 1982). Mas não deveríamos concordar com isso, se avaliarmos o comportamento humano comum de sonhos e desejos de nos superar e avançar. Tais movimentos são de fácil observação nas dinâmicas escolares, culturais, no esporte, nas relações familiares, dentre outros. As universidades que deveriam jamais ceder a tais demandas, também está assim ajustada a discriminar culturalmente.

Assim, na busca por entender tais processos, ao considerar a organização social em que estamos inseridos, conseguimos observar, desde os primórdios da sociedade, diversos mecanismos de controle decorrentes das relações de poder descritas por Foucault (2007). Consideremos a sociedade, o Estado e, para além dessa visão mais totalitária e global, consideremos as micro relações de poder, sua eficiência, e a forma como atuam na perspectiva de mecanismos de controle. Para Foucault (2007), as relações de poder se dão no miudinho, na conversa de pé de ouvido, no falado olhos nos olhos, no tipo de discurso de verdade que é disseminado entre grupos pequenos. Este processo é chamado de microfísica do poder, que é utilizado nas escolas, em sala de aula, em família. Aí é possível perceber, entre pais e filhos, a eficiência dessa relação. Um poder que usa do discurso e que alcança seu objetivo na forma da verdade que ele alcança, ao chegar ao outro.

Falamos de mecanismos que estão postos na sociedade, tornaram-se sensivelmente eficientes, sendo ferramentas de considerável valor ao perceber como somos controlados, ao nos ajustarmos ao que se espera de nós. Isso nos auxilia a entender mecanismos normatizadores, mas também a maneira como somos subalternizados, colocados como inaptos, nos sentimos incapazes diante de desafios, papéis, locais, sonhos, planos, realizações.

A questão é que, segundo Nietzsche (1998), somos sujeitos moldáveis, ajustáveis, a justiça cumpre o papel de nos enquadrar. Nisso, a necessidade de nos sentirmos inseridos nas disciplinas e tais movimentos nos tornam dóceis para um convívio em sociedade. Mas, questionamos, até que ponto essa docilização e ajuste social nos levam a adotar, assumir, fazer, defender, portar-se em lugares, condutas, conceitos que contradizem

a ética, a moral, o certo, o errado. retomemos como referência a sociedade alemã na Segunda Grande Guerra Mundial e a forma como o I, II e III Reich estavam na sociedade. Naquele contexto, se houve resistência, ela não foi capaz de segurar o avanço e abuso para com os judeus, homossexuais, negros etc.

Hannah Arendt, em “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal” (1999), aborda a forma como estes mecanismos de controle social podem resultar na alienação da população, fazendo com que determinadas atitudes sejam tratadas de forma normalizada, por mais terríveis que pareçam ser. Já as ações que não seguem os princípios impostos pelos meios de coerção social, são reprimidas e não aceitas. Esta manipulação gerada pelos mecanismos de controle pode fazer com que o ser humano realize ações, mesmo não sendo de sua natureza, ou até mesmo atitudes que não compactuam com sua índole e moral.

Hannah Arendt: história e auxílio ao debate sociológico

Hannah, a socióloga que nos subsidia em parte significativa desse trabalho, nasceu no dia 14 de outubro de 1906, na cidade de Linden, região próxima ao Império Germânico. Filha de Martha Arendt e Paul Arendt, procede de uma família de origem judaica, bem estruturada economicamente. Possuíam bens, tiveram acesso a uma boa escolaridade e obtinham uma considerável influência, pois a família fez parte da primeira geração de judeus alemães profissionais, politicamente liberais, que tiveram acesso a uma educação e formação de qualidade (Brito, 2020). Pela descrição do autor, Hannah frequentou a Universidade de Marburg, localizada na cidade de Marburgo, Alemanha, tendo seu processo de formação acadêmica interrompido pelos acontecimentos políticos da época. Este período foi marcado pelo discurso antissemita e nazista que aos poucos ganhou mais força, seguido por conta dos ideais nazistas que se disseminavam pela Europa naquele momento sombrio da Europa. Historicamente,

Sem dúvida, um dos primeiros passos do governo nazista, em 1933, foi a exclusão dos judeus do serviço público (que na Alemanha compreendia todos os postos de professor, desde a escola primária até a universidade, e a maior parte dos ramos da indústria de entretenimento, inclusive o

rádio, o teatro, a ópera e os concertos) e a sua remoção de postos públicos. Mas os negócios particulares continuaram quase intocados até 1938, e mesmo as profissões legal e médica só gradualmente foram sendo abolidas, embora os estudantes judeus fossem excluídos da maior parte das universidades e não lhes fosse permitido formar-se em parte alguma. A emigração de judeus nesses anos não foi indevidamente acelerada e transcorreu de forma ordeira, e as restrições que dificultavam, mas não impossibilitavam que os judeus levassem seu dinheiro, ou pelo menos boa parte dele, para fora do país eram as mesmas para judeus e não-judeus; e essas restrições vinham desde os dias da República de Weimar (Arendt, 1999, p. 27).

Referenciado em Brito (2020), sabe-se que Arendt lutou contra o movimento antissemita e acabou sendo presa por denunciar e expor os abusos e atos que ocorreram na Alemanha durante a década de 1930. Permaneceu detida durante oito dias, após ser capturada por participar de manifestações contra os ideais nazistas, que a este ponto, já possuíam muitos seguidores. Após este episódio, ela migrou para a França e, por consequência de uma invasão, realizada no ano de 1940 pela Alemanha, foi capturada pelos soldados nazistas e levada a um campo de concentração onde não se viu detida por muito tempo, pois conseguiu arquitetar sua fuga. Como tentativa de fugir de todo o caos que ocorria na Europa, devido à perseguição judia, durante este processo de disseminação do nazismo por todo o continente, ela migrou, novamente, de um país para outro, desta vez indo parar nos Estados Unidos da América. Contextualizando a situação,

Os emigrantes, a menos que fossem refugiados políticos, eram jovens que compreenderam que não havia futuro para eles na Alemanha. E como eles logo descobriram que não havia futuro para eles também em outros países europeus, alguns emigrantes judeus chegaram a voltar durante esse período (Arendt, 1999, p. 27).

Durante o episódio em questão, ela começou a escrever suas obras, meios por onde criticava os sistemas totalitaristas e o antissemitismo, mas, acima de tudo, condenava as atitudes do homem contra o próprio homem. Suas obras se tornaram relevantes e de considerável sucesso, por relatar um dos momentos mais cruéis em que a humanidade já presenciou. Dentre suas

obras, a que a nos é importante a essa escrita é “Eichmann em Jerusalém: a banalidade do mal”, publicação de 1961, posterior à Segunda Guerra Mundial e momento histórico marcado por violência, regimes ditatoriais e racismo, como já salientamos.

Ao nos referirmos à Segunda Grande Guerra, momento histórico que envolveu a autora, se iniciou na Alemanha no ano de 1939, sendo comandada pelo líder do país, Adolf Hitler, um dos nomes de maior peso e com mais influência em todo o processo da Segunda Guerra Mundial. Hitler, através de seus discursos muito bem articulados e estratégias de oratória, atendia à expectativa de sua nação fragilizada desde o fim da primeira guerra mundial. Resultando na comoção de um número significativo de pessoas, que aderiram a seus ideais antissemitas, fazendo com que os números de membros crescessem de forma exorbitante em um curto período (Coggiola, 2015).

Prova disso foi que “[...] a militância nazista passou de 176 mil membros em finais de 1928 para 800 mil em finais de 1931 e para mais de um milhão no ano seguinte” (Coggiola, 2015, p. 34). Os relatos de Arendt (1999) são uma referência mundial e usada para melhor entendimento de questões fundantes da sociologia, do comportamento humano em certos contextos e explicação profunda e sensível. Ela relata em sua obra, dentre outros,

As declarações de três testemunhas da Alemanha, antigos funcionários de alto nível da Organização Sionista, que deixaram a Alemanha logo depois de estourar a guerra, só forneceram uma amostra do verdadeiro estado de coisas durante os primeiros cinco anos do regime nazista. As Leis de Nuremberg privavam os judeus de seus direitos políticos, mas não de seus direitos civis; eles não eram mais cidadãos (*Reichsbürger*), mas continuavam membros do Estado alemão (*Staatsangehörige*). Mesmo que emigrassem, não ficariam automaticamente sem nacionalidade. Era proibido o ato sexual entre judeus e alemães, bem como a realização de casamentos mistos. Além disso, nenhuma mulher alemã com menos de 45 anos podia se empregar numa casa judaica (Arendt, 1999, p. 27-28).

Este momento foi fortemente marcado pela agressividade, bombas atômicas, perseguição, mortes de judeus e quaisquer pessoas que não

fossem pertencentes à “raça pura” ou à raça ariana estavam em risco. Negros, homossexuais, ciganos, pessoas com deficiência, entre outros, eram alvo do processo de extermínio nazista (Coggiola, 2015). Os campos de concentração, as câmaras de gás, agressões físicas e psicológicas, trabalho escravo, fizeram parte deste processo de tortura e retirada de identidade dos sujeitos durante o Holocausto.

Considerar tais contextos nos ensina como determinados discursos produzidos e cheios de vontade de verdade, atendendo às expectativas de uma população, pode ser o caminho para a barbárie. Daí perguntamos: os ensinamentos do nazismo nos deixaram um legado ético e moral a não ser esquecido? Que legado a própria Alemanha herdou sobre seu posicionamento? Como ela procede no atual momento, quando partidos políticos flertam com o nazismo novamente e chegam ao poder e a um possível cargo de primeiro-ministro daquele país?

E nós, longe das terras alemãs, conseguimos aplicar esse saber aos processos de não reconhecimento de direito em nossa sociedade? Nos referimos aos atos que eram realizados, independentemente de idade, gênero e condições físicas que o sujeito viesse a apresentar. Havia os aptos e não aptos e a esses ou o trabalho ou a câmara de gás. Sendo crianças, idosos e adultos vítimas que passavam seus dias apenas aguardando pelo momento de suas mortes. Coggiola (2015) aponta que:

Na Segunda Guerra Mundial houve sessenta milhões de homens em armas, entre 45 e 50 milhões de mortes (pela primeira vez num conflito bélico, a maioria delas na população civil) como resultado direto dos combates, ou entre setenta e oitenta milhões de pessoas - só existem estimativas variáveis -, se forem contadas também as vítimas que morreram por fome, epidemias e doenças como resultado indireto da guerra - oito vezes mais vítimas do que na Primeira Guerra Mundial: 4 ao todo, aproximadamente entre 4% e 5% da população mundial da época, e tudo em escassos seis anos (Coggiola, 2015, p. 06).

Nosso desafio, diante dos números num confronto bélico global, é ir além da morte ou exposição daqueles que estão com as armas nas mãos. Se estes métodos de agressão extrema foram normalizados na II Grande Guerra, em diversas partes da Europa, foi comum a existência de

campos de concentração, que se tratavam de locais onde as pessoas eram mantidas presas sob tortura contínua, realizada pelos soldados nazistas. Porém, além das violências e mortes causadas durante o período, diversas pessoas acabavam morrendo de fome, ou até mesmo por contaminação resultante da proliferação de doenças. Vamos além, populações de civis viam os deslocamentos de grande massa humana e, tomadas pelo contexto, mantiveram-se caladas ou indiferentes à morte de tantos.

Coggiola (2015) aponta que um milhão de pessoas morreram de fome, doenças, ou até mesmo brutalidades em guetos ou campos de concentração nos territórios ocupados pelos soldados nazistas. Somando todos estes dados, obtemos um valor de aproximadamente 5,5 milhões de judeus europeus massacrados. E ao considerar os genocídios paralelos contra homossexuais, ciganos, pessoas com deficiências mentais ou físicas, testemunhas de Jeová, ou até mesmo pessoas que sejam da etnia eslava. “[...] nunca se matou tanto, tão cruelmente, tão concentradamente e em tão pouco tempo” (Coggiola, 2015, p. 99). A pergunta que nos cabe seria: agiríamos diferente? Somos diferentes, passado aí quase 80 anos do vivenciado?

Contudo, ainda, ao analisarmos os acontecimentos de tal período, é possível nos questionar em relação à índole e moral das pessoas que faziam parte das barbáries, que apoiaram este tipo de conduta e, além de tudo, se sentiam superiores aos demais por conta de suas origens. Podendo também levar em consideração a forma como uma parte significativa da população não demonstrava nenhum tipo de empatia ou até mesmo humanidade pelas vítimas do Holocausto. Refazendo o questionamento, o intuito é trazer o foco desse debate.

Diariamente estamos diante de discursos de ódio, misoginia, preconceito racial, sexual, de gênero e quantas vezes tomamos como nossa aquela briga, assumimos como em nós o desafio de nos posicionar contra esses vícios sociais? Indo mais além, quantas palavras de desânimo, que reforçam subalternidades, que contribuem para sentimentos de divisão de classe, direitos de cidadania ou indiretamente eu contribuo para sua disseminação? Na universidade, ela assume um papel de ser inclusiva ou mantém vivos os que são, merecem, podem, estão e os que não podem, são impelidos a não estarem?

Retomando Arendt, O livro já citado e que nos inspira, narra o julgamento do ex-soldado nazista Otto Adolf Eichmann. Ele nasceu em 19 de março de 1906, na cidade alemã chamada Solingen. Era o irmão mais velho de cinco filhos, sendo eles quatro homens e uma mulher. Era um comum trabalhador alemão, funcionário de uma Companhia de Óleo a Vácuo, na qual passou cinco anos de sua vida contribuindo para a empresa. Até que, no ano de 1932, decidiu se juntar ao Partido Nacional Socialista (Partido Nazista), quando sua carreira como soldado teve início. Após o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota da Alemanha nazista, Eichmann fugiu para a América do Sul, mais especificamente para a Argentina, com o objetivo de não ser capturado e condenado pelos seus crimes. Porém, ele foi encontrado e levado até Jerusalém, local onde ocorreu seu julgamento. Arendt, em sua obra, relata que:

Otto Adolf, filho de Karl Adolf Eichmann e Maria, em solteira Schefferling, capturado num subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960, voou para Israel nove dias depois, foi levado a julgamento na Corte Distrital de Jerusalém em 11 de abril de 1961, objeto de cinco acusações: “entre outros”, cometera crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial (Arendt, 1999, p. 17).

Tratava-se de um soldado nazista de alto escalão, que além de fazer parte do processo de repressão, extermínio e exclusão de pessoas que foram definidas inferiores em comparação ao restante da população. Nesse sentido, Eichmann se mostrava conivente com um sistema que escravizava, torturava e matava apenas por suas origens, crenças, cor, identidade de gênero etc. A autora analisa todo o processo de julgamento do réu e realiza um estudo em que o objeto de pesquisa seria tentar entender os motivos que fizeram com que ele fizesse parte deste movimento de tamanha maldade e crueldade. É isso que suscitamos aqui, nossa indiferença à barbárie. Da guerra armada? Não, da discursiva que temos na universidade, na relação com nossos colegas de formação no curso e em outros que dividem conosco o momento de formação, entre negros e brancos, entre pobres e ricos, entre os cursos de elite e de graduações sem o status mais valorizado na sociedade, entre professores e alunos, entre a universidade e a sociedade

em seu entorno. Indiferente às verdadeiras razões do porquê da ausência de muitos em detrimento dos benefícios de alguns.

A questão que envolve este processo, e faz com que surja uma discussão considerada sobre, trata-se da maneira como o réu, em todos os momentos, se declara inocente de suas acusações, mesmo tendo realizado todas as ações das quais estava sendo julgado. Ou seja, mesmo sendo responsável por todos os crimes e participando da morte (afetiva, moral, social, emocional) de milhares de pessoas, ele ainda se declarava inocente. Um parafrasear ao Eichmann que existe dentro de nós.

A defesa aparentemente teria preferido que ele se declarasse inocente com base no fato de que, para o sistema legal nazista então existente, não fizera nada errado; de que aquelas acusações não constituíam crimes, mas “atos de Estado” (Arendt, 1999, p. 17).

Em diversos momentos da obra, conseguimos identificar frases como “Eichmann se considera culpado perante Deus, não perante a lei” (Arendt, 1999), o que deixa evidente não apenas a submissão do réu em relação ao Estado e à legislação em vigor, mas também em virtude da crença e religião. Eichmann não só se declara inocente de todas as acusações, mas também se descreve como uma pessoa boa, religiosa e com valores considerados éticos e morais, fazendo com que surja o questionamento sobre a banalidade do mal a partir de atitudes que propagaram a morte. Uma maldade imposta através de um discurso de verdade bem articulado. Não somos diferentes? Será que somos? Quando convencemos um número significativo de pessoas, fazemos igual, não? Leitura e postura que pode ser atribuída um número considerado da população civil alemã, para Eichmann,

Segundo suas crenças religiosas, que não haviam mudado desde o período nazista (em Jerusalém, Eichmann declarou-se um Gottgläubiger, termo nazista usado para aqueles que haviam rompido com o cristianismo, e recusou-se a jurar sobre a Bíblia), esse acontecimento devia ser atribuído a um “Portador de Sentido superior”, uma entidade de certa forma identificada com o “movimento do universo”, à qual a vida humana, em si isenta de “sentido superior”, deveria estar sujeita (Arendt, 1999, p. 20).

No decorrer da obra, a autora consta que, ao ser questionado em relação ao seu suposto ódio pelos judeus, Eichmann relata que possuía um núcleo familiar composto por pessoas judias, e mesmo assim, era filiado a um partido no qual apresentava ideais voltados ao extermínio de pessoas que fizessem parte desta etnia. Como diz Arendt: “Eichmann ficou adequadamente agradecido; os judeus de sua família estavam entre as suas ‘razões particulares’ para não odiar os judeus” (Arendt, 1999, p. 22).

Há um Eichmann dentro de cada um de nós, ajustado aos interesses e demandas pessoais? A nossa ética e moral estão ajustadas a situações, circunstâncias e conveniência? Onde estão esses valores, bem discutidos por Nietzsche (1998), diante da divisão de riquezas, do racismo estrutural, das desigualdades de raça, gênero, sexualidade? Seria cômodo para nós não nos posicionarmos com a dor do outro, a necessidade do outro, as possibilidades a ele negadas? Como entender a razão pela qual jovens estudantes, recém-concluídos do ensino médio, na região do Tijuco, optam por pagar uma universidade privada em vez de adentrar uma pública? Como entender essas razões?

Ao analisar toda esta discussão realizada, torna-se possível nos questionar sobre a maneira como nós, seres humanos, ao sermos envolvidos por discursos de verdade, por determinados mecanismos, podemos adotar atitudes cuja ética passa longe, apenas por sermos subordinados a certas ideologias, ou optar por nos mantermos no lugar seguro de aceitação ao grupo com o qual convivemos. Além disso, podemos também levar em consideração o nível de maldade que um sujeito pode apresentar ao estar submetido a uma ordem maior que sua própria índole ou moral. Buscando detalhes do ocorrido,

Ele disse aos seus homens nos últimos dias da guerra: “Eu vou dançar no meu túmulo, rindo, porque a morte de 5 milhões de judeus [ou “inimigos do Reich” conforme ele sempre afirmou ter dito] na consciência me dá enorme satisfação”. Ele não dançou, e se tinha alguma coisa na consciência, não era assassinato, mas sim o fato de ter esbofeteado o dr. Josef Löwenherz, chefe da comunidade judaica de Viena, que depois se tornou um de seus judeus favoritos. (Ele se desculpou na frente de seus funcionários na época, mas esse incidente sempre o incomodava.) Era um absurdo se responsabilizar pela morte de 5 milhões de

judeus, total aproximado das perdas sofridas pelo esforço combinado de todos os departamentos e entidades nazistas, e ele sabia disso muito bem, mas continuava repetindo a frase maldita *ad nauseam* para todo mundo que quisesse ouvir, até doze anos depois, na Argentina, porque dava-lhe “uma excepcional sensação de ânimo pensar que estava saindo do palco assim” (Arendt, 1999, p. 32).

Consideremos que Eichmann, em todos os momentos de seu julgamento, se declara inocente de suas acusações, pois alega que estava agindo conforme ordens de pessoas que estavam hierarquicamente acima. Ele apontava: “[...] e quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam — embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado” (Arendt, 1999, p. 19). Ele relata que não havia a possibilidade de essas ordens não serem cumpridas, caso contrário, se houvesse algum tipo de resistência aos comandos, os soldados seriam submetidos a uma punição pelo não cumprimento das regras que o sistema nazista impunha.

Uma sociedade, uma nação, um contexto, um consenso. Resultado: eu estou de acordo com o que esperam de mim e você submetido ao que o meu grupo entende que precisa ser feito. Seria essa a forma correta de absolvição que damos a muitos dos nossos atos? Por que não nos movemos de forma diferente? Nietzsche (1998) vai dizer que somos sujeitos indomáveis e que as leis sociais só existem para nos enquadrar, nos auxiliar no conviver em sociedade.

Na atitude de Eichmann, em primeiro lugar, a acusação de assassinato estava errada: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu — nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não judeu; simplesmente não fiz isso”, ou, conforme confirmaria depois: “Acontece [...] que nenhuma vez eu fiz isso” — pois não deixou nenhuma dúvida de que teria matado o próprio pai se houvesse recebido ordem nesse sentido” (Arendt, 1999, p. 18).

A autora relata que o réu perdeu as esperanças de que a corte acretasse em suas palavras. Ele afirmava que nunca havia nutrido ódio pelos

judeus e nunca havia desejado a morte a ninguém, dizia que sua culpa era resultado de sua obediência, e que tal ato deveria ser louvado como virtude, porém, ela havia sido abusada pelos líderes nazistas. Eichmann também se declarava uma vítima de todo o processo, e que os verdadeiros responsáveis pelas ações em que o réu estava sendo penalizado não poderiam responder, pois haviam escapado, cometendo suicídio ou sendo enforcados (Arendt, 1999). Fazendo referência aos líderes nazistas.

Entretanto, após longos períodos de julgamento, o réu foi sentenciado à morte. Mesmo com seu discurso no qual dizia “[...] não sou o monstro que fazem de mim”, Eichmann afirmou que: ‘sou vítima de uma falácia’. Ele não usou a expressão ‘bode expiatório’, mas confirmou o que Servatius tinha dito: era sua “profunda convicção de que tinha de sofrer pelos atos de outros” (Arendt, 1999, p. 149-150). Por fim, após um longo período de julgamento, no dia 15 de dezembro de 1961, foi declarada a sentença de morte de Adolf Eichmann.

A teoria da banalidade do mal parece-nos fundamental para que possamos entender a manipulação e alienação que podemos sofrer ao “escolhermos” seguir com determinadas condutas. Isso nos auxilia perceber o racismo dentro de uma universidade, até entre professores. Por diversas vezes, conseguimos enxergar o soldado acusado pelas barbáries como apenas mais uma pessoa vítima de toda a alienação que ocorreu na Alemanha durante o período citado. Uma pessoa que, ao seguir as regras e as leis impostas pelo governo, normalizou atitudes contra pessoas que não eram consideradas seus semelhantes. E que, acima de tudo, ao não realizá-las, seria punido pelas autoridades da época. Nessa escrita, nosso objetivo é nos colocar no lugar de Eichmann, pensar como ele pensou, trazer para nossa existência o quanto, salvo as devidas proporções, não o somos assim, um pouco disso, damos às nossas ações essa possibilidade de fazer e absolver-se. Podemos nos ver envolvidos nos movimentos de uma sociedade perversa, injusta, segregadora, com dispositivos eficientes para manter privilégios aos que os têm, mas não nos posicionarmos é escolha pessoal.

Sendo assim, com base nas discussões, percebemos que a “banalidade do mal” se manifesta em nossa sociedade e nas universidades de várias formas, como em qualquer outro espaço social. Como quando

determinadas ações ou eventos são encarados com indiferença e normalizados, ou até mesmo em situações nas quais indivíduos são reprimidos por conta de sua cor, etnia, orientação sexual, características físicas, classe social, entre outros fatores, como bem já sinalizamos. Essa banalização do mal vem acompanhada de um sentimento de superioridade por parte de certos grupos, que consideram legítimo nutrir dispositivos de alienação, como bem ressaltamos, agindo no excluir ou até mesmo eliminar aqueles que não se encaixam em seus padrões de “superioridade”.

Para além Alemanha nazista vivido por Arendt: sociedade, universidade conivente

Considerando o já dito, para além do controle de Estado, nós somos submetidos a diversas relações de poder, sendo elas quaisquer relações que temos com algum indivíduo que exerça algum tipo de poder sobre nós. “Desse modo, como relação de forças, o poder está em todas as partes. Todas as pessoas estão envolvidas por elas e não podem ser consideradas independentes delas ou alheias a elas” (Brígido, 2013, p. 04-05). Logo, considerando o questionamento feito sobre a forma como a Alemanha lidou com as crueldades sociais desde o início da guerra até 1945, trazemos essa pergunta a nós, no como agimos com os processos de subalternidade e seus efeitos na sociedade de nosso tempo.

Parece que nosso processo de controle, docilização e enquadramento pode nos tornar menos sensíveis a questões éticas e morais, nos tornar até coniventes com movimentos como o ocorrido no Holocausto (Arendt, 1999). Segundo Foucault (1975), como forma de implantar estas relações de poder, existem dois dispositivos, que são discretamente inseridos no cotidiano dos cidadãos, como maneira de fazer com que o poder seja exercido sobre a sociedade.

São estes os dispositivos: o de vigilância e o de punição. O dispositivo de vigilância exerce sua função em locais onde lidam-se com seres humanos, como escolas, prisões, clínicas de reabilitação, hospitais, entre outros (Brígido, 2013, p. 7). Já o dispositivo de punição se dá por meio de processos que permitem a punição pelo Estado, sendo ela considerada necessária e fundamental para a “reeducação” do indivíduo. Consiste na

legalização da ação de condenar e punir o sujeito que não age dentro do esperado, imposto nas relações de poder (Brígido, 2013).

Ao trazer a discussão sobre o controle e a normalização da maldade nos seres humanos para o cotidiano das pessoas, conseguimos enxergá-la em diversas ações em nossos dias. É possível entender esses atos, não de uma forma tão violenta e cruel como na obra de Arendt, a maldade se insere nas pequenas situações do cotidiano na sociedade. Comportamento que pode ser gerado a partir de uma exclusão gerada por diferentes razões, ou até mesmo devido ao seu local de origem. Isso pôde e pode gerar a iniciativa da sociedade em fazer mal a determinada pessoa por conta dos fatores anteriormente citados.

Nos referimos aqui a ações e atitudes sociais que estão fortemente atreladas ao fato de vivermos em uma sociedade, com um número considerável de pessoas que adotam uma conduta conservadora, ética e moral voltada a interesses de grupos. Nos referimos a famílias e regiões em que se perpetuam discursos que carregam uma história de preconceito, discriminação, racismo e justificam-se pelo simples processo de naturalização da questão entre os que o propagam.

Diversas manifestações de afirmações identitárias, declarando o orgulho de ser negro, de ser homossexual, de ser mulher, de ser indígena, entre outras, denunciavam a existência de preconceito, discriminação e exclusão nas várias esteras da sociedade e preencheram as agendas da reflexão sócio- antropológica. Marchas e declarações colocavam a nu a presença inquietante da violência nas relações sociais, como também reações se manifestavam contra os sujeitos-objetos de violência. De fato, os diversos movimentos tentavam enfrentar as atribuições identitárias negativas, opondo, ao sentimento de vergonha e do silêncio que tinha sido construído através de sociabilidades baseadas na negação da alteridade, o sentimento de orgulho. O sentimento de vergonha que se desejava combater, por ser homossexual, negro, mulher, velho, Indígena, deficiente, pobre, entre outros, revelava a luta contra a atribuição social de um valor negativo à diferença do outro: o preconceito (Bandeira; Batista, 2002, p. 07).

Os autores abordam o preconceito como uma verdadeira máquina de guerra presente nas relações sociais. Ele se configura como o reprodu-

tor mais eficaz das diversas formas de discriminação, exclusão e violência observadas em nossa sociedade. Além disso, destacam que a pessoa que age com preconceito inevitavelmente causa algum tipo de prejuízo ao sujeito que sofre o ato preconceituoso. O preconceito persiste, marca a vítima e a coloca em uma posição de sentir-se privada do reconhecimento da igualdade, da dignidade e da cidadania. É nesse ponto que se evidencia o impacto mais nefasto do ato discriminatório: ele não apenas prejudica a vítima, mas também interfere na subjetividade mútua, afetando tanto quem discrimina quanto quem é discriminado.

O preconceito, assim, constitui-se em um mecanismo eficiente e atuante, cuja lógica pode atuar em todas as esferas da vida. Os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de classe, etc. têm lugar tipicamente, mas não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas. Fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados, com lógicas de inclusões-exclusões consequentes, porque geralmente associados a situações de apreciação- depreciação/desgraça (Bandeira; Batista, 2002, p. 08-09).

Por fim, o preconceito seria um fator que já está enraizado em nossa sociedade, de tal forma que define o acesso de pessoas a determinados espaços? Podendo eles serem definidos a partir de atribuições de um sujeito como: cor da pele, sexualidade e local de origem de cada indivíduo, seriam preconceito e normalização destas práticas, determinantes dos espaços em que grupos podem ocupar, e completamente normalizadas e aceitas socialmente. Consideremos que pode haver aderência e reprodução destas práticas no cotidiano de diversas pessoas no nosso tempo e nosso questionamento é se isso não ocorre dentro do espaço acadêmico, mesmo que a resposta não nos pareça fácil de alcançar. E as relações de poder, bem utilizadas socialmente, dentro deste caso, poderiam ser utilizadas como fator determinante para que processos subalternizadores estejam sendo efetivados, disseminados no definir os destinos das pessoas que são afetadas por esta banalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todos os apontamentos e discussões feitas, podemos considerar que o racismo é um elemento presente em nossa sociedade, não sendo diferente na universidade. Essas práticas eram justificadas através da religião ou até mesmo o denominado racismo científico. Com os relatos obtidos, fica ainda mais evidente a maneira como o racismo estrutural age, limitando os acessos à educação, segurança, saúde, entre outros. O autor Bourdieu traz suas contribuições afirmando que os espaços educacionais reproduzem as desigualdades criadas pelo sistema capitalista. Sendo esses elementos não apenas voltados para desigualdade econômica, mas também a desigualdade racial, ponto que se mostra evidente nas respostas obtidas dos estudantes da IES Federal evidenciada.

Ao abordar a cultura Nagô, juntamente com todo o processo histórico do negro, e seu modelo de sociedade, até o momento da invasão realizada pelo homem branco. Se iniciando a diáspora africana e elementos que ainda se fazem presentes atualmente, a inferiorização do corpo negro. Podemos perceber a maneira como os povos africanos ao serem sequestrados de seu continente, adotaram como forma de resistência suas crenças, cultura, tudo aquilo que construía suas identidades. Essa resistência fez com que, mesmo após centenas de anos do ocorrido, essa cultura ainda seja acessada e legitimada mesmo em outras localidades que não em África.

Mas por que mesmo após tanta luta e resistência os povos negros ainda são subalternizados em nossa sociedade? Mesmo após anos de todos os acontecimentos, da libertação das pessoas escravizadas, o reconhecimento das barbaridades que eram realizadas pelo homem branco. Por que a carne preta continua sendo a mais barata do mercado?

Conseguimos enxergar até mesmo em meu memorial traços que resultam neste cenário. A maneira como eu negava meus traços como o cabelo crespo, ao tentar alisar, para me enquadrar no padrão da sociedade. Ao me denominar “morena” ao invés de preta, tentando parecer o mais branca possível para conseguir me encaixar nos espaços que eu frequentava. Todos estes elementos fazem com que pessoas pretas sejam e continuem sendo subalternizados, diminuídos e menosprezados. A primeira parte

para a realização do movimento inverso a este, é reconhecer que somos descendentes de reis e rainhas africanos, que temos origem de um continente que era rico em minério, cultura e religiosidade. O discurso e a verdade de sujeitos vêm sendo utilizados para determinar uma ordem social, que se constitui de pessoas brancas, burguesas e heterossexuais.

Mickolci ao trazer a Teoria Queer, dialoga com os abjetos, os anormais. Que fogem da norma social. A teoria queer não abrange apenas questões de gênero e orientações sexuais, aborda o preconceito em todas suas formas. Atingindo homossexuais, pretos, pobres, assim como todos que não pertencem a elite social. Voltando a teoria de Bourdieu, na qual ele afirma que os espaços educacionais reproduzem as desigualdades criadas socialmente. Através do discutido, podemos nos questionar a posição do negro dentro destes espaços e a maneira como a interseccionalidade faz com que este indivíduo seja cada vez mais reprimido socialmente.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1935.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- APARICIO, Miguel; MORAES, Claide De Paula; PY-DANIEL, Anne Rapp; NEVES, Eduardo Góes. **Amazônia em simbiose**: marcas de humanidades que enfrentam o Antropoceno. *Revista de Estudos Avançados - USP*, v. 38, n. 112, 2024.
- ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 327-337, 2002. Disponível em: <https://is.gd/etmJey>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BARNARD, Ian. **Queer race**. *Social Semiotics*, v. 9, n. 2, p. 199-212, 1999.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Pioneira, 1961.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Desigualdade social: contribuições da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: EDUC, 2024.
- BOLSANELLO, M. A. **Darwinismo Social, eugenia e racismo**. *Educar*, Curitiba, n. 12, p. 153-165. Editora da UFPR. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Revisão técnica de Alexandre Dias Ramos, Daniela Kern e Odaci Luiz Coradini. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. **Michel Foucault: uma análise do poder**. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, 2013. Disponível em: <https://is.gd/yLWhsX>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRITO, Renata Romolo. **Hannah Arendt. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 6, n. 11, p. 14-29, 2020. Disponível em: <https://is.gd/mxKmCG>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

CASTEJON, Mariângela; DINIS, Nilson Fernandes; SANTOS, Welson Barbosa. **Tenda dos Milagres: uma análise discursiva do romance de Jorge Amado. ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas**, v. 9, n. 2, 2024. Disponível em: 10.22481/odeere.v9i2.14180. Acesso em 25 abr. 2025.

COGGIOLA, Oswaldo. **A Segunda Guerra Mundial: causas, estrutura, consequências**. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERRAZ DA SILVA, Tiago. **Inferências sobre o povoamento da América do Sul a partir de dados arqueogenéticos**: contribuições genômicas para a história dos grupos construtores de Sambaqui da Costa Sul-Sudeste Brasileira. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197–223, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Por uma escuta da arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa. Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, e100045, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-2660100045>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Repensar a política: ditos e escritos VI**. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 293.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. 1993.

GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HÜNEMEIER, Tábita. **As descobertas sobre origem e história dos povos indígenas da América do Sul reveladas pela genética [Depoimento]**. *BBC News Brasil*. Brasília: Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-64309059>. Acesso em: 23 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Enciclopédia dos Municípios**. Rio de Janeiro, 1959.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Cortiços: a humilhação e a subalternidade**. *Tempo Social*, v. 25, p. 49-77, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. Tradução Ramon Américo Vasques; Sônia GoldFeder. Série Fundamentos. São Paulo: ABDR, 1995.

LOPES, Rafael de Almeida; ALMEIDA OZORIO, Fernando; TAMANAHAI, Eduardo; GÓES, Eduardo Neves. **Entre a história antiga amazônica e seu presente etnográfico: colonialismo e persistências nas trajetórias indígenas de longa duração do médio Solimões, Amazonas**. *Revista Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 19, n. 2, 2024.

MAGALHÃES, E. F. C. B. **Viver a igualdade na diferença: a formação de educadores visando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNIZ, Ana Maria Alves. **Da luz da lamparina ao opaco refletor: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16488>. Acesso em: 3 abr. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich W. **A genealogia da moral**. São Paulo: Moraes, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem e do mal**. São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>. Acesso em: 12 mai. 2025.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismo de escravos adultos da Matriz do Pilar de Ouro Preto (1712-1750)**. In: PAULA, João Antônio de; et al. (org.). *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2004.

PORTUGAL, Danielson Santiago. **Ritmologia Nagô: delineamentos de memórias culturais nos Candomblés**. 2013. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

QEDU. **Dados educacionais de Ituiutaba (MG)**. *QEdu – Use dados. Transforme a educação*. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3134202-ituiutaba>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SANTOS, José Antônio dos. **Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida**. In: MACEDO JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Questões de fronteira**: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos Cebrap*, p. 23, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. **Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu**. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 1, n. 2, p. 24–36, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/53676>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. **Escravidão interna na África, antes do tráfico negroiro**. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, ano 5, n. 2, maio/ago. 2003.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e decolonialidade do poder**: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*, v. 5, n. 1, jan./jul. 2019. ISSN 2448-3303.

SOBRE OS AUTORES



LÍVIA KELLY ARAUJO NASCIMENTO

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia, compõe o Grupo de Pesquisa Educação, Masculinidades, Cultura e Subjetividades (GPEMCS) e Projetos Interdisciplinares (GPCIM). Bolsista de iniciação científica do Pet + Saúde.



WELSON BARBOSA SANTOS

É Licenciado em Biologia e Pedagogia, Doutor em educação pela UFSCar e Pós Doutor pela UNESP, Professor no ICENP – UFU e no Programa de Pós-graduação em Ensino de ciências e Matemática PPGECEM - UFU. Desenvolve modelos 3DR para o ensino de biologia e discute vulnerabilidade e suicídio entre homens.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 29, 43–44, 46–48, 57, 87
Africano 20, 44–49, 52
Alienação 55, 59, 74, 83–84
Amazonia 23
Andes 19, 23–25, 57
Andina 23, 25
Angola 4
Arqueologia 21, 23–24, 57

B

Bourdieu 29, 58–59, 63–68, 87–88
Branquidade 13, 25, 42

C

Cidadania 19, 44, 53, 58, 78, 86
Comércio 47
Constituição 14, 20–21, 25, 49, 65
Cortiços 55–56
Cotas raciais 14
Cultura nagô 49, 87

D

Democrático 20
DNA 21
Docilização 73, 84
Dor 81

E

Ensino Médio 14–15, 28, 81
Escola 12, 14–15, 18–19, 69, 74
Europeus 45, 47, 75, 78
Exclusão 41, 56–57, 59–60, 62, 74, 79, 85–86
Extensão 20, 24, 27, 31

F

Família 11, 14, 19, 45, 71, 73–74, 81
Formação 18, 25, 29, 34–35, 49, 52–53, 56, 59, 61–62, 66–67, 74, 79

G

Genética 21–22, 24–25, 43, 57
Graduação 11, 18, 31, 62

H

Hanna Arendt 30, 70
Herança 20–25, 29–30, 43–44, 49, 51
História 15–16, 20–21, 25–26, 40, 46, 49, 51–54, 56, 63, 74, 85
Históricos 42, 54, 58

I

Império 74
Inclusão 51, 53, 59–60
Indiferença 17, 20, 79, 84
Inferiorização 57, 61, 65, 87
Ituiutaba 26–28

J

Judeus 74–76, 78, 81–83

L

Legitimidade 52, 66

M

Mestiço 32, 35–36, 41–42, 61–62
Miscigenação 56
Moçambique 4

N

Navio negreiro 19
Nazismo 75, 77
Negação 61, 85
Negros 14, 21–22, 31, 36–37, 40, 42, 44, 47–49, 53–55, 57–63, 67, 72, 74, 77, 79, 87

O

Oceania 23
Origem 22, 24–25, 27, 47, 49–53, 56, 74, 85–86, 88
Ouro 20, 48

P

Povos originários 11, 21–24, 26–27, 29, 42–43, 57, 62–63
Preconceito 13, 16, 18, 29–30, 41–43, 59, 63, 78, 85–86, 88
Professores 15, 19, 60, 62, 79, 83
Profissionalização 25, 68
punir 85

R

Racismo 13–14, 16, 18, 30, 34, 36, 45, 53–54, 57–61, 63, 76, 81, 83, 85, 87
Rainhas 88
Reis 88
República 75
Respostas 18, 31, 87

S

São Paulo 11, 21, 48
Sentimento 84–85
Serviço social 11, 17–18
Sociedade 13–14, 16–19, 29–30, 32, 34, 36, 38–40, 43–44, 50, 53–54, 57, 62–66, 70–74, 77, 79, 82–87
Sofrimento 16, 45–47
Subalternia 34, 36, 42, 70

T

Transgressão 47
Travessia 20

U

Universidade 11, 17–21, 29, 31, 35, 53–54, 58–63, 67–72, 74, 78–79, 81, 83–84, 87

V

Vale do tijuco 17, 25–26, 28, 69, 72



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br